



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REVISÃO DE COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

<b>CPI - OBRAS INACABADAS</b>		
<b>EVENTO:</b> Audiência pública	<b>Nº:</b> 000928/01	<b>DATA:</b> 18/09/01
<b>INÍCIO:</b> 14:42	<b>TÉRMINO:</b> 17:52	<b>DURAÇÃO:</b> 03:10
<b>TEMPO DE GRAVAÇÃO:</b> 3:08:00	<b>PÁGINAS:</b> 94	<b>QUARTOS:</b> 19
<b>REVISORES:</b> ODILON, MARIA TERESA, MADALENA, LUCIENE FLEURY, CÁSSIA REGINA, CLÁUDIA CASTRO, ANNA AUGUSTA		
<b>SUPERVISÃO:</b>		
<b>CONCATENAÇÃO:</b> GRAÇA		

**DEPOENTE/CONVIDADO – QUALIFICAÇÃO**

RONALDO MACIEL BOLOGNESI – Diretor-Presidente da Empresa Bolognesi Engenharia Ltda.  
EDENILSO ROSSI ARNALDI – Representante legal da construtora Sial Construções Civis Ltda.  
SADI ASSIS RIBEIRO FILHO – Representante da construtora Guimarães Castro Ltda.  
CARLOS EDUARDO TAVARES DE ANDRADE – Ex-Diretor de Administração do Banco Central do Brasil.  
EDISON BERNARDES DOS SANTOS – Diretor Administrativo do Banco Central do Brasil.

**SUMÁRIO:** Tomada de depoimentos.

**OBSERVAÇÕES**

Há intervenções inaudíveis.  
A reunião é suspensa - pág. 75.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da presente reunião. Tendo vista a distribuição antecipada da cópia das atas das 16ª e 17ª reuniões, consulto o Plenário sobre a necessidade de sua leitura.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Sr. Presidente, eu peço dispensa da leitura das atas, porque as mesmas foram distribuídas aos nobres Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Dispensada a leitura das atas e não havendo quem queira discuti-las, coloco-as em votação. Os Deputados que as aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*) Aprovadas. Ordem do Dia. Esta reunião foi convocada para ouvirmos o depoimento dos seguintes convocados: Ronaldo Bolognesi, Diretor-Presidente da empresa Bolognesi Engenharia Ltda.; Edenilso Rossi Arnaldi, representante legal da construtora Sial Construções Civis Ltda.; Edison Bernardes dos Santos, Diretor Administrativo do Banco Central do Brasil; Carlos Eduardo Tavares de Andrade, ex-Diretor de Administração do Banco Central; e Sadi Assis Ribeiro Filho, representante da construtora Guimarães Castro Ltda. Esclareço aos Deputados e convidados que esta reunião está sendo gravada, para posterior transcrição. Solicito a todos que falem ao microfone, para efeito de identificação junto à Taquigrafia. Regimentalmente, o convidado não poderá ser aparteado. Finda a exposição, daremos início às interpelações. Os Srs. Deputados que desejarem interpelar os convidados deverão inscrever-se junto à Secretaria. Esclareço também aos nobres Deputados que esta reunião vai ser também deliberativa. Convido para tomar assento à mesa o Sr. Ronaldo Bolognesi, Diretor-



Presidente da empresa Bolognesi Engenharia Ltda. (*Pausa.*) Solicitaria que o nobre depoente fizesse o compromisso.

**O SR. RONALDO MACIEL BOLOGNESI** – Eu, Ronaldo Maciel Bolognesi, faço sob a palavra de honra a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Obrigado. Concedo a palavra ao Sr. Ronaldo Maciel Bolognesi, para suas exposições iniciais, pelo prazo de 10 minutos.

**O SR. RONALDO MACIEL BOLOGNESI** – Inicialmente eu queria esclarecer com respeito à minha ausência na convocação anterior, do dia 4 de setembro, porque me encontrava viajando, e tenho aqui os comprovantes dessa viagem, que foi arquitetada bem antes dessa convocação. Nós recebemos, ainda em Porto Alegre, no dia 23, por acaso data do nosso embarque, a solicitação de remessa de documentos a essa Comissão. O Diretor nosso fez essa remessa e protocolou aqui, e eu, já em viagem, no dia 29, aproximadamente, de agosto, eu fui notificado da minha convocação. Já estava na Europa nesse momento e não pude comparecer aqui. De qualquer maneira, nosso Diretor justificou e esclareceu que eu estaria de volta aqui no dia 11. Na realidade ele se equivocou, porque dia 11 era o dia que eu estava saindo de lá. No entanto, como houve essa manifestação de que no dia 11 eu já estaria aqui, mesmo com todas as dificuldades de mudança de vôos, eu fiz questão de voltar, e antecipei minha volta para o dia 9, e dia 11, efetivamente, estava aqui, na terça-feira passada, até porque pensei que normalmente essas sessões são às terças-feiras, e fiz questão de estar aqui dia 11. Convocado



novamente, aqui estou e me ponho à disposição de V.Exas. para aquilo que for necessário.

**O SR. DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA** – Sr. Presidente, pela ordem. Eu confesso que eu não tenho cópia do requerimento ou qualquer informações para... Eu gostaria de fazer minhas indagações. Eu pediria, se a assessoria tiver, que me fosse passado aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Só para esclarecimento ao nobre Deputado, esta Comissão enviou a todos os gabinetes, hoje, cópia do requerimento e também informações a respeito dessa obra daí. Foi enviada hoje de manhã a todos os gabinetes. Mas eu estou entregando a V.Exa. neste instante outras informações, para que V.Exa. possa fazer perguntas. Eu queria passar a palavra ao Deputado Norberto Teixeira. Desculpe, Deputado Norberto, mas antes eu queria perguntar se Relator, Deputado Anivaldo Vale, gostaria de fazer uso da palavra.

**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** – Eu queria manifestar minha concordância em ouvir o colega Deputado Norberto.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Dr. Ronaldo, o senhor está realizando um contrato com o DNER no Rio Grande do Sul, da BR-386. Sim ou não?

**O SR. RONALDO MACIEL BOLOGNESI** – O senhor perguntou revisando?

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** - Não, o senhor está realizando.

**O SR. RONALDO MACIEL BOLOGNESI** – Realizando, sim.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** - São dois contratos ou mais?

**O SR. RONALDO MACIEL BOLOGNESI** – São dois contratos.



**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** - É o PD-017 e o 024. Um está concluído.

**O SR. RONALDO MACIEL BOLOGNESI** – Um está concluído.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** - O 017?

**O SR. RONALDO MACIEL BOLOGNESI** – É, o 017.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** - E o 024 ainda não.

**O SR. RONALDO MACIEL BOLOGNESI** – O 024 restam... resta aí um pequeno saldo contratual a ser realizado e obras a serem realizadas.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** - Está paralisada a obra ou está em andamento?

**O SR. RONALDO MACIEL BOLOGNESI** – A obra, no que se refere a obras, vamos dizer assim, de pista, eu diria que não estão sendo realizados serviços. Alguma coisa ou outra de, eventualmente, de grama, alguma coisa, vamos dizer assim, no sentido de perfumaria, vamos dizer assim, pode ser, mas hoje praticamente nada, e obra de pista, obra que envolva máquinas, não. Estamos aguardando os estudos relativamente justamente a isso, à compatibilização do saldo contratual e dessas pequenas obras que restam, pequenos trechos que ainda... pequenos trechos de obra que falta executar.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** - Então o senhor está realizando o contrato 024/98, não é isso?

**O SR. RONALDO MACIEL BOLOGNESI** – É. Veja bem, eu não... Os números... São dois contratos, um está já com a medição final feita, e o outro...

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** - Que é o 017.



**O SR. RONALDO MACIEL BOLOGNESI** – É. Eu não posso precisar exatamente, porque não atuo assim diretamente, só na parte mais de tese, mais na parte genérica, né?

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Então tá, mas eu vou fazer uma pergunta para o senhor no contrato 024, o que está sendo realizado agora.

Por que o projeto original sofreu diversas alterações?

**O SR. RONALDO MACIEL BOLOGNESI** – Bom, isso, vamos dizer assim, isso é uma prática já de vários anos, pelo menos que eu tenha conhecimento. Na realidade nós teríamos que entrar um pouco mais no fulcro da questão, vamos dizer assim. No Brasil, as obras, por exemplo, do setor rodoviário, e não é só no rodoviário, na engenharia em geral, de uns anos para cá... Não sei se eu posso me alongar, Deputado, desculpe, porque, de repente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Pode ficar à vontade.

**O SR. RONALDO MACIEL BOLOGNESI** - De alguns anos para cá, nós tivemos a necessidade no País, eu diria, quase a engenharia brasileira, de trabalhar com projetos básicos. Projetos básicos é um nome que se dá aos projetos hoje, porque não são efetivamente o projeto, aquilo que se denomina o projeto executivo, aquele que tem um detalhamento compatível com o investimento inclusive. Porque os projetos básicos... Eu tenho uma explicação, que não sou de órgão público, porque os recursos são muito escassos sempre, e as demandas de projetos no País, de execução de obras rodoviárias, por exemplo, são enormes, então os projetos são cada vez, por definição, mais básicos e menos detalhados. Evidentemente que todo projeto básico que é encarado no campo, na execução da obra, ele passa a ter eventuais problemas, que surgem, e acaba acontecendo... O



senhor perguntou exatamente por que que os tetos contratuais são... chega perto dos tetos contratuais. É essa a sua pergunta, não?

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Não. Na realidade foi o seguinte. O que eu estou querendo chegar, Dr. Ronaldo, é que o projeto 017, o contrato 017, ele foi até o limite de 25%.

**O SR. RONALDO MACIEL BOLOGNESI** – De acréscimo. Exato.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – É. Na realidade são a mesma obra, só que o seguinte, aí foi feita uma nova licitação, sobre a base da Lei 866/93, aí o contrato original de 017 virou para 024. Esse contrato 024 já teve um acréscimo acima de 25%, é por isso que eu estou querendo chegar à resposta do senhor.

**O SR. RONALDO MACIEL BOLOGNESI** – Bom, então... Muito obrigado. O que acontece? Na realidade, essa licitação, esse contrato número dois, vamos dizer assim, ele já foi em cima de... Porque na realidade o projeto original falava numa adequação de tráfego, não é uma duplicação. Ele já foi lançado assim, vamos dizer assim. A idéia... O que era a 386? Uma rodovia de duas pistas, com uma quantidade enorme de acidentes frontais. Devido a carência de recursos, foi lançado um edital para adequação de tráfego dessa rodovia. Não foi uma duplicação. Mas a adequação de tráfego na realidade visava duplicar a rodovia. Ora, quando se duplica uma rodovia, o entorno da rodovia, as suas intersecções, ela muda completamente de figura. Resultado: a meio caminho, foi vista a necessidade de fazer uma nova licitação para as ruas laterais, enfim, para todas essas obras que complementam aquela que, hoje, na prática, embora tenha saído bem mais em conta para o órgão — saiu bem abaixo do que é o preço de uma duplicação convencional —, acabou sendo uma duplicação. Então isso foi complementado dessa maneira. Ora, com



todas essas **nuances**, ao longo de cinco anos de obra — porque a obra também tem paralisação, e aí vem o aspecto de verbas, que nós poderemos entrar depois — , acaba se chegando a esses limites contratuais. Por acaso, esse contrato, na minha maneira de pensar, ele deve estar aí com 2% que faltam a mais, quem sabe. O DNER está fazendo esse levantamento. Estamos nos limites aí daquilo que é a previsão dos 25%, de modo, a meu juízo, Deputado, que acho que, até pelos resultados obtidos, a política até foi boa, no meu entendimento, porque conseguiu uma duplicação. Não há mais nenhum acidente frontal na rodovia, nenhuma morte mais, através de uma adequação, claro que com todas as conseqüências desses ajustes, eu diria, no caminho. Eu diria no caminho, mas eu acho que isso, ao invés, na minha visão, não é um demérito, isso é até um mérito, porque é uma forma de se fazer o melhor possível com pouco recurso. Mas não estou aqui para defender o órgão, nem a política de transportes não. Essa é a realidade dos fatos.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Sr. Presidente, Sr. Relator, tem uma coisa importante nesse contrato. Sr. Relator, é uma coisa interessante. Esse contrato, na realidade, original, saiu do número PD-037/96. Iniciou uma obra para ser feita com esse número. Licitou. Fez um aditivo de 25%. Não deu. Fez uma nova licitação. A mesma firma ganhou, aí gerou o PD-024/98. Fez aditivo até 25% e ainda não vai dar para terminar a obra. No relatório do TCU agora, o último, Sr. Relator e Sr. Presidente: “Mesmo com esse acréscimo, não será possível concluir totalmente a obra, faltando ainda alguns serviços de enlèvement, pintura e revestimento asfáltico na faixa externa da pista cerca de 1 Km. Todos esses acréscimos de quantitativos evidenciam grave deficiência tanto do projeto básico quanto da revisão do projeto utilizado nas licitações”. Então nós fizemos uma obra. Vai terminar o





contrato agora, P-24, e ainda não vai dar para terminar a obra. A obra vai ficar paralisada, tem que abrir nova licitação. Então... Houve reajuste, houve aditivo, nos três contratos, houve nova licitação, a mesma empresa ganhando essas novas licitações. Bom, eu estou certo, Dr. Ronaldo?

**O SR. RONALDO MACIEL BOLOGNESI** – Apenas um detalhe: a mesma empresa que ganha a licitação, isso é uma coisa de ordem física, vamos dizer assim. Uma empresa que está instalada num trecho, ela seguramente sempre levará vantagem numa segunda licitação, porque ela não tem que se mobilizar, se reinstalar. Sempre ela vai poder apresentar um preço menor, de modo que isso não causa espécie, isso é quase uma consequência natural de ela estar ali instalada. Apenas queria fazer essa observação.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – O primeiro contrato do senhor, o 017, ele... Houve um aumento, uma elevação do contrato muito grande, de 25%. Isso gera uma dúvida, porque o contrato, muitas coisas no projeto básico não constavam nesse contrato que o senhor realizou. Isso quem está falando é o próprio TCU, no último relatório de 2001, agora, certo, e quero dizer para o senhor que, mesmo fazendo um acréscimo de 25% no outro contrato, o 24, a obra vai ficar paralisada, porque tem que fazer nova licitação, mesmo verificando preço, mesmo verificando tudo, porque os dois contratos ficam o mesmo. Mas deixa eu fazer uma pergunta para o senhor. A empresa do senhor recolheu o ISQN nas Prefeituras?

**O SR. RONALDO MACIEL BOLOGNESI** – O senhor disse que... Um instantinho só, sobre a sua colocação anterior. Eu já vou responder sobre isso. O senhor está acumulando os dois contratos, né? Veja que o outro contrato, o



segundo, se refere às ruas laterais, apenas ruas laterais, intersecções... De modo que o acréscimo...

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Complementares.

**O SR. RONALDO MACIEL BOLOGNESI** – Eu não posso entrar muito em detalhes, porque não conheço de fato profundamente, vamos dizer assim, a sistemática dos contratos, mas na realidade eles se referem a dois objetos não vou dizer diferentes. É a mesma rodovia, mas um é sobre a rodovia e outro sobre ruas laterais etc. Eu às vezes não posso falar muito especificamente, porque tem diretores, tem engenheiros que conhecem mais dentro da empresa os detalhes. Mas a filosofia é essa. Agora com relação ao ISQN. O ISQN nós temos recolhido em muitas obras nossas, e eu lhe confesso aqui, neste momento, não estou certo se nessa obra estamos recolhendo. O que acontece com o ISQN? O ISQN é uma prerrogativa de arrecadação, vamos dizer assim, das Prefeituras municipais. O que acontece com rodovias, quase todas? Há um interesse muito grande das municipalidades, das comunidades, para receber aquela obra rodoviária. Muitas vezes ocorre até isenção do ISSQN para algumas municipalidades, mas nós, sempre que instados a recolher, recolhemos ISSQN, e estamos aí disponíveis para pagar, desde que nos seja remetida a cobrança, que seja de nós cobrado. Mas, veja bem, não é um prática, inclusive tem servido muitas vezes o ISSQN — e pode ser que alguém possa até dizer que isso é equivocado — para melhor competição, vamos dizer assim, dentro das licitações, entre, vamos dizer, os licitantes, porque normalmente o que está acontecendo, não estou dizendo o DNER, mas normalmente, nos órgãos públicos, é que, tendo em vista a carência de obras, o que tem ocorrido é desconto sobre os preços do órgão. Ora, se uma empresa consegue



com uma Prefeitura uma redução da alíquota de ISSQN, ISS, ela tem uma vantagem competitiva e pode até ganhar uma licitação por 1% ou 2%, porque a outra não foi lá ver se conseguiria essa isenção. Agora, veja bem, isso é uma questão, volto a repetir, de normatização, de cobrança, e o Poder Municipal, a quem está devida, vamos dizer assim, que deve ser feita, é o Poder Municipal que... Agora, eu não posso lhe dizer honestamente se nós estamos pagando nesse valor. Honestamente, não é a minha área específica, posso pesquisar. Muitas vezes, a gente, inclusive, faz negociações com as Prefeituras, principalmente devido a atraso de pagamento dos órgãos, do órgão que nos paga. Então, a gente às vezes até pede lá para o Prefeito um parcelamento, vai um projeto para a Câmara para parcelar, para baixar alíquota. Isso é uma prática que existe nos Municípios.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Mas, Dr. Ronaldo, nessa obra não teve. Essa obra o senhor cobrou 7.65%, incluindo PIS, ISS e COFINS, e não foi recolhido em diversos locais. Então, o senhor está sendo um órgão repassador, porque na realidade o senhor está cobrando do Governo Federal sobre esse valor, 7.65%, para passar todos os impostos a recolher nos Municípios, e o senhor deixou de recolher, veio para a receita do senhor. Então, não ajudou no contrato da obra, não abaixou no contrato do DNER.

**O SR. RONALDO MACIEL BOLOGNESI** – Deputado, eu, por acaso, esse assunto, depois que retornei de minha viagem, vi o depoimento do chefe do distrito, Dr. Haroldo Mata aqui, onde foram colocadas essas questões. Eu não conheço realmente esse relatório do TCU, em que, parece, o senhor se baseia. O que acontece é o seguinte: pelo que disse ele aqui ou me disse ele, esse ISS a que o senhor se refere é das consultoras.



**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Não, consultor e construtora.

Eu não estou falando consultoria, não, estou falando também construtora. Todas as obras do DNER são calculados os impostos sobre o serviço que são recolhidos em cada local que o senhor executa o serviço. Se o senhor executa tanto no Município é tanto no Município, ou em outro Município.

**O SR. RONALDO MACIEL BOLOGNESI** – Perfeito.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – E não está sendo recolhido. Em alguns locais o senhor recolheu, outros não recolheram. Mas é um problema sério que está ocorrendo não só na obra do senhor. Gostaria que levasse isso para o Relator: em todas as obras estão cobrando esse valor do Governo Federal de todos os projetos, e simplesmente muitas vezes não estão repassando aos Municípios, trazendo sérios prejuízos aos Municípios e cobrando inclusive do Governo, que é um meio de repassar o dinheiro dos Municípios, e não está sendo repassado. Mas eu gostaria aqui do Contrato 017. O senhor sabe que o senhor tem uma denúncia sobre 27 notas fiscais com forte indício de fraude?

**O SR. RONALDO MACIEL BOLOGNESI** – Na realidade, isso eu estou tomando conhecimento, conforme já disse, no depoimento do Dr. Mata foi levantada essa questão aqui nesta Comissão. Eu não sei se é uma denúncia, porque não conheço a questão, não tomei conhecimento de que notas sejam essas. Gostaria inclusive que o senhor pudesse me esclarecer, porque honestamente não sei a que notas se refere esse relatório, não sei se...

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Deixa eu ler para o senhor, Dr. Ronaldo.

**O SR. RONALDO MACIEL BOLOGNESI** – Do Tribunal de Contas?



**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Do Tribunal de Contas deste ano. “No exame da documentação constante das medições, verificou-se, por amostragem, a existência de 27 notas fiscais com forte indício de fraude, caracterizada pela existência de numeração fora do intervalo de autorização para a impressão de documentos fiscais. Além disso, apresentam diferenças tipográficas em relação às notas de numeração anterior ou superior, sem o mesmo indício de fraude. Essas notas referem-se ao fornecimento de material betuminoso no período de abril de 1997 a julho de 1998. Sobre o valor constante na nota fiscal, era pago pelo DNER à construtora...” Vinte e sete notas. A tipografia sem autorização de impressão — porque isso tem que pegar autorização do órgão fiscal para poder imprimir as notas fiscais —, sem autorização, e as notas não bateram também com a tipografia e com a numeração. Vinte e sete notas no total do contrato.

**O SR. RONALDO MACIEL BOLOGNESI** – Notas da nossa empresa?

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Da empresa do senhor, do Contrato 017.

**O SR. RONALDO MACIEL BOLOGNESI** – Refere-se esse documento que o senhor lê de notas...

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Não, de prestação de contas do senhor. O senhor tirava a nota, a construtora; depois o senhor encaminha para o DNER, o senhor recebe como um tipo de bonificação mais 15% do valor do contrato, tudo material de asfalto, betume.

**O SR. RONALDO MACIEL BOLOGNESI** – Não, o senhor disse que... o documento diz que são notas de emissão da nossa empresa contra o DNER? Mas nós não...



**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Não, da Betunel. Mas o contrato do senhor, o senhor encaminhou ao DNER e recebeu mais 15% de bonificação.

**O SR. RONALDO MACIEL BOLOGNESI** – Bom, então, são notas... efetivamente a Betunel é uma das várias fornecedoras de asfalto aí do Brasil. A Betunel, então, emite notas contra a nossa empresa?

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Isso, e o senhor encaminhou essas notas ao DNER, aí o senhor recebia mais 15 a título de bonificação contratual.

**O SR. RONALDO MACIEL BOLOGNESI** – Sim, o senhor diz, então, que a nossa empresa encaminhou essas notas ao DNER?

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Isso.

**O SR. RONALDO MACIEL BOLOGNESI** – Bom, teria que ver esses aspectos, mas vamos tentar explicar um pouco. Então, são notas de fornecimento de uma empresa que a nossa empresa paga, e essas notas têm alguma fraude, alguma...

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Não, porque antigamente o DNER pagava para o senhor a capa asfáltica. O senhor levava a relação do material que o senhor gastava e dava mais 15% de bonificação. A partir desse ano, modificou esse sistema de pagamento do DNER.

**O SR. RONALDO MACIEL BOLOGNESI** – Não, eu me permito discordar. Não, não. O DNER paga, por volume, um volume de serviço executado na pista em que um dos ingredientes dessa massa, composta por cimento asfáltico mais a brita proveniente dessas instalações de britásio, compõe a mistura, que pode ser tanto — não vou entrar tanto na técnica — pré-misturado a quente...



**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – A frio ou a quente.

**O SR. RONALDO MACIEL BOLOGNESI** – Ou um CBUQ usinado a quente, dependendo da nobreza da camada. Veja bem, o DNER paga pelo serviço executado na pista — isso é importante —, não paga por nota apresentada pela empresa. As notas apresentadas pela empresa e que vêm, de um tempo para cá, acredito dois, três anos para cá, e que começou essa prática de apresentar notas... porque os materiais asfálticos, os cimentos asfálticos disparavam seu preço tendo em vista as crises do petróleo. Então, para o equilíbrio contratual, foi mantido um pagamento por preço unitário daquele mês. Dentro de critérios do DNER, evidentemente que existem... uma coisa é uma carga de asfalto no Pará, outra coisa, no Rio Grande do Sul, enfim, mas o DNER tem o intervalo de que ele paga o cimento asfáltico no seu índice de reajustamento, veja bem, não o volume da pista. É apenas um critério de avaliação do preço. Então, essas notas, como dá a entender, e até eu entendo V.Exa., com isso se cobra mais. Não. A nota não cobra serviço. A nota apenas é um referencial do preço unitário do asfalto.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – E é um referencial também para ver quanto foi aplicado de asfalto na usina, de produto na usina.

**O SR. RONALDO MACIEL BOLOGNESI** – Não. Veja bem. Acredito eu, me permita, que o DNER, que eu saiba, não utiliza esse critério para daí tirar a sua conclusão. Não. Aí existem os exames feitos em pista sobre o teor de asfalto.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Dr. Ronaldo, espera um pouquinho só. Como a empreiteira não comprovou, por meio de notas fiscais idôneas, a aquisição de parte do material betuminoso necessária à execução do revestimento asfáltico, somando ao fato de a fiscalização feita pela supervisora na



usina ser deficiente, existe a possibilidade de que a capa asfáltica tenha sido executada em espessura inferior em alguns trechos ou com taxa de asfalto inferior ao especificado em projeto. É o caso que eu gostaria aqui, Sr. Presidente, de alertar ao nosso Relator, que esteve no local, que veio questionando sobre isso para nós. Está aqui o relatório do Tribunal constatando o que o senhor estava questionando.

**O SR. RONALDO MACIEL BOLOGNESI** – Eu só queria fazer uma manifestação. Eu tenho passado por esse trecho de estrada, e ele está em excelente, em muito bom estado, à exceção, evidentemente, daqueles pequenos trechos que falta concluir. É um trecho, a meu juízo, submetido a uma carga violentíssima de caminhões. Nós não temos balança por este Brasil afora; lá, muito pior. É a rodovia de escoamento mais violenta em termos de peso de caminhões. Desce toda a safra gaúcha, praticamente, por essa rodovia, e a rodovia se encontra em muito bom estado. Veja bem, quero colocar aqui, se esse fosse um expediente usado para usar menos asfalto na mistura, não é por aí, porque não é esse o critério que é usado. O DNER não utiliza esse critério para avaliar se o teor de asfalto está correto ou não. Essas notas são apenas, volto a repetir, para estabelecer o valor unitário. Então, para que serviria uma fraude nessas notas? Servia apenas para aumentar o preço do seu valor unitário. Ora, se aumentar o preço do valor unitário, ela tem que ficar dentro do intervalo aceito pelo DNER. Eu não vejo razão para isso. Aliás, agora que, graças a Deus, começamos a ter, digamos assim, acesso a esse documento, começo a me preocupar, de repente, se até essas notas não configuram algum problema interno da minha empresa e que alguma coisa esteja sendo paga até indevidamente. E que uma nota paga indevidamente seja levada ao DNER. Isso não pode... Até é possível que isso possa acontecer. Volto a repetir: Não vejo, a não





ser que esteja muito equivocado, não entendo uma razão dessa nota constituir uma fraude que cause prejuízo ao órgão ou ao Erário público. Não vejo como, pela forma como são utilizadas essas notas. Agora, outras ilações eu até concordo com V.Exa., o senhor deve até pensar. Mas eu não vejo, agora que tomei conhecimento, o porquê. Não sei se a fraude a que se referem é em relação a valores, por exemplo, mas também não vejo a praticidade disso, porque o DNER confere esses valores.

**A SRA. DEPUTADA TÂNIA SOARES** – Deputado, me concede um aparte?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Concede, Deputado?

Então, Deputada Tânia.

**A SRA. DEPUTADA TÂNIA SOARES** – Na dúvida, que o senhor coloca, de essas notas ocorrerem — já que o senhor toma conhecimento neste momento — dentro da própria empresa, qual também o interesse que teria alguém de sua empresa em passar essas notas para o DNER? O senhor levanta essa possibilidade?

**O SR. RONALDO MACIEL BOLOGNESI** – Não, eu não digo isso. Aliás, não vou levantar possibilidades numa coisa tem que ter cuidado. Veja bem, quando o sinal da operação, no caso, ou seja, é uma operação em que a empresa paga, quem está pagando essa nota é a empresa. Pode-se chegar até — e vamos verificar isso — a ser um ato contra a empresa ou alguma coisa inexplicável, porque é a empresa que está pagando essa nota teoricamente. Eu não vou levantar aqui suspeição sobre um funcionário nosso, ou sobre empresa de transportes, ou sobre empresa de fornecimento de material. Eu estou dizendo que, na realidade, teria que examinar o que aconteceu. Mas não vejo, em forma prática, para que essas notas serviriam, como levanta o Deputado, para fraudar o órgão, porque não tem efeito prático, na



minha visão, e de tudo aquilo que o próprio chefe do distrito disse aqui. Não há efeito prático. Mas, de qualquer maneira, uma vez sendo noticiados — somente noticiados já seria suficiente — desse relatório, nós iríamos verificar. O Deputado leu um período, ali, do relatório, não sei se tem mais alguma coisa. Mas, enfim, nós vamos tomar as providências para verificar se essas notas existem, se não existem, se elas foram fraudadas em seu valor e em que elas foram fraudadas.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Dr. Ronaldo, o próprio Tribunal de Contas já está pedindo que seja remetida a documentação dessas notas ao Governo do Rio Grande do Sul sobre o problema do ICMS e também ao Ministério Público Federal para fins cabíveis.

**O SR. RONALDO MACIEL BOLOGNESI** – Tudo bem.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Este é o relatório do Tribunal. Estou lendo para o senhor um relatório e alertando também o Ministro dos Transportes e o chefe de distrito do Rio Grande do Sul, o décimo, do Rio Grande do Sul.

**O SR. RONALDO MACIEL BOLOGNESI** – Mas o senhor disse que são notas de emissão de uma empresa contra a minha empresa.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Não. Uma auditoria do Tribunal de Contas da União. Está aqui o relatório das notas.

**O SR. RONALDO MACIEL BOLOGNESI** – Sim. Mas são notas de emissão de uma empresa contra a nossa empresa.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Contra a sua empresa, e essa empresa encaminha depois ao DNER. Então, quero dizer para o senhor que não sou eu nem a Comissão que está citando. É um relatório do TCU, inclusive, dando



preço. Eu estou simplesmente perguntando ao senhor como que está. É o senhor que controla todas as notas fiscais da empresa do senhor? Quantos funcionários tem essa empresa?

**O SR. RONALDO MACIEL BOLOGNESI** – Bom, Deputado, esta é uma boa pergunta. Esta empresa tinha nesse setor, que é um setor fundamental da empresa, até cerca de um ano atrás, 800 funcionários. Hoje, ela tem 150. Essa empresa hoje detém cerca de doze contratos com o Governo Federal, o Governo Estadual do Rio Grande do Sul e um outro com o Município. Todos esses contratos, Deputado, estão paralisados por falta de recursos. A empresa baixou seu efetivo de 800 funcionários para 150. O senhor pergunta se eu mexo... Acredito que, se nós seguirmos nessa seqüência, possivelmente, eu venha a mexer, porque vão ficar muito poucos na empresa. Atualmente, ainda não. Ainda temos diretores. Fizemos um enxugamento dramático e cruel de pessoal que foi treinado durante vinte anos, pessoal treinado de campo, engenheiros encarregados de britagem, de campo. De 800, nós estamos em 150. Nós estamos sem nenhum contrato em andamento na nossa empresa. Temos um serviço em andamento: estamos prestando serviço para uma concessionária privada de rodovias. É o único serviço que estamos prestando. Tínhamos uma estrutura bastante grande à época da contratação desses contratos: dois diretores, encarregados de obra, engenheiros de obra, contabilidade, tesouraria, setor de compras. Todos esses setores vêm sofrendo enxugamento dramático e cruel, e nós buscando em outras atividades compensar, tentando nos manter vivos, porque é uma empresa que sai de um faturamento “x” para um faturamento zero. E esse é o quadro de grande parte das empresas brasileiras, pela falta de recurso. Essa é a realidade. Agora, eu sempre mexi superficialmente,



porque tinha que tratar da parte mais estratégica da empresa. Mas naquilo que for necessário, Deputado, e eu tenho conhecimento, faço questão de esclarecer. Aquilo que eu puder, esclarecerei com toda a satisfação.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Quem é o contador do senhor?

O nome do contador do senhor.

**O SR. RONALDO MACIEL BOLOGNESI** – O nome do contador atual é Arnildo. Ele deve estar na empresa há um ano e meio, por aí.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – O contador anterior?

**O SR. RONALDO MACIEL BOLOGNESI** – O contador, à época, digo, cerca de dois anos atrás, Cláudio.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Cláudio.

**O SR. RONALDO MACIEL BOLOGNESI** – Cláudio. Eu não recordo o sobrenome.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Era uma empresa ou era contratado da própria empresa mesmo?

**O SR. RONALDO MACIEL BOLOGNESI** - Não. Ele fazia expediente na empresa, não um expediente contínuo, porque já vínhamos reduzindo bastante. Os dois já fazem apenas uma parte do expediente. Efetivamente, as operações contábeis da empresa estão sendo reduzidas a um estágio mínimo. Mas o nome é Arnildo hoje, e Cláudio, a dois anos atrás, mais ou menos.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – O senhor não sabe o sobrenome deles?

**O SR. RONALDO MACIEL BOLOGNESI** – Eu não posso informar precisamente. Também não privo muito com eles. Contabilidade é uma área em que



a gente que está na prospeção, na rua, buscando negócio... Não tenho, assim, uma...

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Deixa eu só informar para o senhor: quando é consultoria, o DNER, permite que coloque 7.6, que seria 4% de ISSQN. Quando é empreitada, rodovias, tudo, obras mesmo, é 3% que o DNER permite na composição dos impostos, que daria um total de 6.5.

**O SR. RONALDO MACIEL BOLOGNESI** – Com PIS e COFINS?

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – É, com PIS e COFINS. O senhor me falou que o problema maior era consultoria. Consultoria é 7.5...

**O SR. RONALDO MACIEL BOLOGNESI** – Não, não, não.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – ... e construtora é 6.5. Mas vou dar só um exemplo ao senhor, Dr. Ronaldo. Inclusive, está sendo notificado o chefe do DNER do Rio Grande do Sul, e o Ministro-Relator, o Dr. Marcos Vinícius Vilaça, está alertando ele sobre isso, e alertando também a empresa sobre o problema da... Pedindo auditoria mais plena sobre o problema das notas fiscais frias, supostamente frias. Então, eu quero dizer para senhor que está aqui o relatório — que gostaria de passar às mãos do Presidente e do Relator —, o relatório completo e que possa ser tomado providência, porque nós não podemos aceitar vinte e sete notas, com supostas irregularidades, ficarem em dúvida. E nós estamos aí. Já foram três concorrências, duas concorrências e vamos ter de fazer nova concorrência para terminar todo o serviço dessa Rodovia 386, que é tão importante para o Rio Grande do Sul.

**O SR. RONALDO MACIEL BOLOGNESI** – Perdão, com relação ao ISS, apenas, volto a repetir, isso é uma prática, não vou dizer muito disseminada, mas



muito clara. Basta a Câmara de Vereadores votar uma lei, ela isenta ou baixa a alíquota de ISS para qualquer empresa instalada no Município. De modo, volto a repetir, isso não é, efetivamente — o senhor tem razão —, uma prática generalizada de pagar, efetivamente. Volto a repetir: isso, quem sabe, seja uma providência. Mas também, desculpem a pretensão, poderemos estar encarecendo as obras. Porque, de repente, o empreiteiro que dá uma redução sobre o preço do órgão, quem sabe, ele esteja utilizando alguma isenção que ele tenha de imposto e baixa o preço da obra, ou seja, baixa o preço da sua proposta. Eu não sei se é interessante normatizar e obrigar que se recolha todos esses impostos municipais. De repente, nós estaremos, para uma carência de recurso tão dramático que nós temos no País, piorando mais ainda o problema. Apenas à guisa de comentário, Deputado.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Não, Dr. Ronaldo. Eu não concordo, Sr. Presidente, Sr. Relator. Eu não concordo, porque no contrato, na composição de preços das rodovias será calculado 6.5 para recolher os impostos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Algum Parlamentar quer falar? Passo a palavra ao Deputado Anivaldo Vale.

**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** – Sr. Ronaldo, a única dúvida que eu tenho em relação a esta obra, que eu tive a oportunidade de visitar, é com relação aos dois pontos abordados, e eu, de forma sucinta, vou mostrar pro senhor. O primeiro é com relação ao recolhimento de impostos. Na medida em que o senhor computa esses custos, certamente teria que ser recolhido aos cofres públicos, que eu acho que isso é passivo até de correção. O que me traz grande estranheza é a questão das notas fiscais que são tidas como fraudulentas. A par disso, estive aqui o Diretor do DNER e ele trouxe para esta Comissão um expediente de um



funcionário dele, comunicando alguns indicadores desse processo. E, na ocasião, eu até conversando aqui na Comissão, eu questionei essa situação, porque a resposta que ele estava encaminhando dizia respeito à questão dos preços, que estavam todos normais etc., etc. Eu não estava preocupado, e nenhum membro da Comissão está preocupado, em relação aos preços, porque em relação aos preços é a questão que tem uma prática de mercado e tal. Agora, com relação à fraude da nota fiscal, eu reputo como uma falta extremamente grave. Então, esse processo é um processo que a gente queria merecer do senhor a consideração de nos ajudar a elucidar isso aí.

**O SR. RONALDO MACIEL BOLOGNESI** – Bom, como não podia deixar de ser, e não faço isso com uma declaração apenas por fazer, somos na empresa os maiores interessados em esclarecer esse assunto. Parece que agora nós vamos... Não sei se a empresa pode ter acesso a esse relatório, seguramente teremos, não sei se através do DNER, se os senhores podem me deixar, desde já, uma cópia desse relatório. Não sei qual é a prática, porque não conheço a parte legal, mas logo que eu tenha acesso a esse relatório e que ele indique, minimamente, quais são as fraudes, nós temos o máximo interesse em verificar, porque, volto a repetir, são notas emitidas contra a nossa empresa, que a nossa empresa teria pago. Então, somos os maiores interessados em verificar. Porque nós não estamos vendo praticidade para a nossa empresa, para isso aí. Não existe praticidade para fraudar, para levar vantagem. Por isso, nos causa espécie e gostaríamos de ter acesso a esse relatório. Ou então, seguramente, vamos ter quando formos... Enfim, vamos ser cientificados desse relatório. Aí, conte Deputado, conte V.Exa., sinceramente, com o nosso apoio total para verificar o que aconteceu.



**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** – O DNER não chegou a abordar, em nenhum momento, isso pro senhor?

**O SR. RONALDO MACIEL BOLOGNESI** – Sim. Esse assunto foi comentado nesses últimos dias. Eu cheguei de viagem nessa semana, se comentou muito esse assunto. Mas ninguém tinha, vamos dizer assim, acesso a esses dados. Esses dados não...

**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** – Eu só queria lhe ajudar. O Diretor do DNER foi notificado, por um funcionário dele, da existência desses indicadores. Ele não chegou a discutir esse assunto com o senhor?

**O SR. RONALDO MACIEL BOLOGNESI** – Não, veja bem, eu tive dois contatos com o Diretor do DNER, não tenho contato freqüente com o Dr. Mário. Mas eu me louvo naquilo que foi colocado aqui, porque eu vi, efetivamente, a gravação da declaração dele aqui. Aqui, ele reiterou várias vezes aquilo que ele tem nos dito: que ele não tem conhecimento, digamos assim, não tomou conhecimento do relatório. Apenas isso, né? Agora, volto a repetir, Sr. Deputado, Excelência, que tenho o máximo interesse em elucidar esse assunto, porque, volto a repetir, é um assunto interno da nossa empresa. Se essas notas foram pagas tem de ver por que foram pagas. Não sei se foi majorado o valor. Precisaria saber do detalhe das notas para daí irmos à contabilidade, verificar.

**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** – Eu queria só fazer um registro. De asfalto eu conheço só quando eu passo no asfalto. Quando ele não está muito esburacado dá para eu observar se é bom ou se é ruim. Mas a pessoa que foi comigo, um colega Parlamentar, que, lamentavelmente, não está aqui, ele tem uma experiência muito boa, inclusive de obras realizadas em outras regiões. E ele fez





uma observação dizendo que essa obra em que nós caminhamos, a 386, é uma obra de má qualidade. O que é que o senhor me diz da qualidade dessa obra?

**O SR. RONALDO MACIEL BOLOGNESI** – Olha, eu conheço a outra empresa que trabalha. A obra tem vários contratos, né? Ela tem vários contratos, a obra. Eu posso responder pelo nosso trecho. Passando por lá, acho o nosso trecho em excelentes condições — a minha visão —, exceção feita daqueles trechos que estão por completar, que é muito pouco, muito pouco. Essa é a minha visão. Agora, a obra tem outras empresas trabalhando, que estão com estágios de serviços diferentes. Acredito que possa haver trechos ainda em execução que não estejam dentro ainda de um padrão ótimo, né, até porque pode faltar até a última camada de rolamento. Eu não posso dizer. Então, eu acho que, pelo nosso trecho, a gente responde como muito boa qualidade. E volto a repetir: nós, às vezes, somos acusados de fazer serviços maus, mas ninguém coloca balança nas estradas brasileiras. E o pessoal tem colocado o dobro do peso nos caminhões. E a deterioração de um pavimento sob efeito de uma carga adicionada ao caminhão é um efeito geométrico. Não é aritmético, é geométrico. Outra coisa que é preciso se notar também, que é muito importante — e os senhores estão aqui, às vezes, se perquirindo por que os contratos estouram o seu valor —, não esqueçamos que há uma prática lamentável de paralisação de obras por falta de recursos. Essa paralisação causa efeitos brutais, principalmente nos pavimentos, e erosão nos taludes de aterro de alargamentos, que depois tem que ser refeito. E esse serviço acaba indo para o valor que tem que ser pago, e vai aumentando o valor contratual. Aí chega aos 25... Então, se eu tivesse que dar uma opinião, opinaria para que nós licitássemos obras no Brasil, marcássemos os prazos de dezoito meses ou de dois



anos, como é o convencional, e, só depois disso, dotássemos de verba esses trechos e fizéssemos as obras em dois anos. Porque, às vezes, uma camada de rolamento de asfalto sujeita à esforço de um caminhão hipercarregado, faixa de rolamento que às vezes não é a definitiva, que não tem a graduação, não tem a grafometria adequada para suportar essa carga, pode se deteriorar, sim. Essa obra, por exemplo, ela ficou um ano paralisada, com uma ordem de paralisação, com o trânsito agindo sobre ela no inverno inteiro lá do Rio Grande do Sul, com toda a deterioração que isso pode provocar. Apenas à guisa, pela qualidade que o senhor fala, entro nesses comentários por causa disso, Deputado.

**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** – Eu queria dizer para o senhor o seguinte: eu estive no trecho executado pela sua empresa. A conceituação não foi feita por mim, foi feita por um colega que tem experiência nessa área e me disse que a qualidade da obra não é boa. Com relação à licitação, eu não entrei no mérito. Não sei se o senhor viu, eu não toquei nesse assunto, mesmo porque eu me reservo à condição de pegar esse processo de licitação e passar para a nossa consultoria e a consultoria examinar, não só o do senhor, como o de qualquer outro que for levantado, porque tem indicadores que certamente serão examinados por especialistas nessa área, que certamente pode nos apontar se está correto ou não. Então, o que eu fiquei verdadeiramente perplexo foi com a nota fiscal fria, segundo um comentário feito por escrito com indicação de um funcionário do Departamento do DNER, encaminhado ao Diretor do DNER. E o Diretor do DNER está sendo notificado, e, certamente, o senhor vai ter que falar nesse processo — se ainda não falou — junto ao DNER, para ser justificado junto ao Tribunal de Contas da União. Aí, eu não vou entrar em qualidade da obra, não vou entrar se a obra está boa ou se



está... Vou entrar pura e simplesmente no fato: por que a empresa acata uma nota fiscal fria e por que a empresa emitiu essa nota fiscal fria? Certamente, alguns impactos que teve na qualidade, observada pelo colega, pode ter alguma ligação com isso. Não quero ser precipitado.

**O SR. RONALDO MACIEL BOLOGNESI** – Bom, a qualidade, volto a repetir, tenho passado pelo trecho, e eu a considero muito boa. E não podia deixar de ser, porque nós não temos sequer nenhuma manifestação do órgão no sentido contrário disso. O órgão não nos puniu por nada de serviço mal executado ou obra em mal estado. Evidentemente, volto a repetir, há segmentos a serem completados. Isso é importante. Há, sim; naqueles segmentos a serem completados pode haver problema. Com relação, volto a repetir, à emissão da nota, a nota não é emitida pela nossa empresa; é a emissão de uma nota, segundo diz o Deputado Teixeira, de outra empresa — apenas como observação.

**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** – O Deputado está apenas informando um relatório do Tribunal de Contas. Aqui, o Tribunal, ele disse que verificou-se por amostragem a existência de vinte e sete notas fiscais inidôneas, com fortes indícios de fraude, totalizando 101 mil, 725 reais e 34 centavos.

**O SR. RONALDO MACIEL BOLOGNESI** – Eu poderia fazer uma observação?

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Sr. Relator, inclusive com preço da época, fora o reajuste e tudo.

**O SR. RONALDO MACIEL BOLOGNESI** – Não, é um valor que, dentro evidentemente do valor contratual, embora para um brasileiro que ganha pouco é um valor alto, para o valor contratual não é, mas de qualquer maneira um centavo é



muito se lhe está feito no sentido de fraude, no sentido de prejuízo e dano ao Erário público. Eu ouvi aqui — eu ouvi aqui, não —, ouvi na gravação, não sei onde estava sentado à mesa o Dr. Haroldo Mata, chefe de distrito, ele disse que fez uma verificação e verificou que essas notas, de qualquer maneira, não teriam causado nenhum dano ao DNER, ao Erário, DNER. Fico mais tranqüilo com isso. Vou me debruçar sobre o programa logo que tenha acesso a essa peça. Vamos nos dedicar a verificar quais são, a verificação dessas notas e para que, eventualmente, quem se beneficiou disso. Porque, aparentemente, a empresa não se beneficiou. Aparentemente, a empresa não se beneficiou. Então, vamos verificar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Mais algum Parlamentar gostaria de fazer argüição? Eu, antes de encerrar o depoimento, gostaria de perguntar ao Dr. Ronaldo, diria que nós estamos num País em que nós estamos querendo moralizar, a atmosfera que nós estamos respirando hoje é esse clima de moralização aqui na nossa Nação. E o Tribunal de Contas da União acusou o exibimento dessas notas inidôneas, como ele coloca aqui, usa esse termo. Na sua concepção de empresário, dono de empresa de mais de 800 empregados, hoje tem 150, recolhe impostos, essas notas não só recolhem impostos para União, como para o Estado, como para o Município. O senhor acha correto? E que atitude o senhor acha que deveria ser tomada em cima de uma... poupar um problema dessa natureza? Nota falsa? Na sua concepção, o que significa isso e que providência se deve tomar?

**O SR. RONALDO MACIEL BOLOGNESI** - Bom, eu vou ficar no âmbito da nossa empresa. É minha obrigação verificar essas notas, se a empresa não foi prejudicada com elas. Muitas vezes... Não quero fazer injustiça...



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Se a sua empresa não foi prejudicada, mas a União foi, mas o Estado foi, mas o Município foi.

**O SR. RONALDO MACIEL BOLOGNESI** - Excelência, Presidente, não obrigatoriamente me parece... Veja bem, estou aqui tirando ilações de um assunto que eu não conheço. Mas, de qualquer maneira, me proponho a ser interativo e colaborador. Eu não sei se foi, e pode ser que tenha sido só prejudicada a empresa que pagou nota e alguém ficou com o recurso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Mas a União foi.

**O SR. RONALDO MACIEL BOLOGNESI** - Eu não sei. Veja bem, a manifestação aqui daquele que, vamos dizer assim, é o fiscal, é o mentor da obra, que é o distrito, o DNER, ele chegou à conclusão, e disse aqui que ele não viu o prejuízo. Ele se preocupou, naqueles itens que podia haver prejuízo, segundo ele disse, que é o preço unitário.... Bom, estou apenas reproduzindo o que ele disse. Então, eu não sei se foi. Agora, se foi, evidentemente será verificado. Se é uma nota fria, ou seja, se não houve nem sequer o produto, digamos, trambelhação meia...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) - Tem que ser punido.

**O SR. RONALDO MACIEL BOLOGNESI** – Evidente, evidente. Mas, veja, mas pode não ter sido... podia ser necessário recolher o imposto, porque não existiu nem o produto, nem a nota, nem a operação. No entanto, a empresa pagou. Então, temos que olhar, temos que analisar o fato que pode haver até — e quero aqui que meus funcionários me perdoem se estou fazendo uma injustiça, e possivelmente esteja fazendo — um engano contra a própria empresa. Eu preciso verificar. Aliás, volto a repetir: quanto antes eu tiver acesso a esses dados será melhor, para que possamos também colaborar, verificar.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Muito obrigado. Com a palavra o Deputado Luiz Fernando.

**O SR. DEPUTADO LUIZ FERNANDO** – Sr. Presidente, a minha intervenção é mais por uma questão de ordem. Os esclarecimentos são muito incipientes, muito... não esclarecem coisa alguma. A empresa ainda vai estudar, o contador não está presente. Acredito que o Deputado Federal, Dr. Norberto, esteja cheio de indagações a serem esclarecidas. E como hoje ainda nós teríamos que votar o Requerimento de nº 2 e de nº 4, que é a quebra do sigilo fiscal e bancário do Dr. Ronaldo e da empresa dele, eu não me sinto seguro em votar essa quebra de sigilo fiscal e bancário sem que se verifique melhor, essas respostas sejam mais consistentes. Daí eu acho que, com a aquiescência do autor do requerimento, esse requerimento poderia ficar para a semana que vem. E já pediria agora — e minha intervenção é nesse sentido — de que o Dr. Ronaldo, através de sua empresa, já nos mandasse uns esclarecimentos sobre essas notas fiscais, sobre todas as dúvidas que o Deputado Norberto tenha, para que, no prazo de uma semana, nós tenhamos essas respostas. Eu não conheço a estrada, não posso julgar a idoneidade de... mas existem indícios aí do TCU. E nós, de posse disso, poderíamos, sim... aí, quarta-feira, eu teria toda a condição de votar pela quebra ou não desse sigilo e ter informações melhores, porque hoje eu reconheço que não tive informações, não acrescentou coisa alguma, entendeu? Então, eu pediria que V.Exa. e o Deputado Norberto, que é o autor, elencassem umas trinta perguntas, uns trinta questionamentos, e mandaria por escrito esses trinta questionamentos, nós avaliaríamos e votaríamos ou não a quebra do sigilo bancário. É uma



propositura que eu faço e já me isentando de não estar devidamente qualificado em informações para poder votar esse Requerimento de nº 2 e de nº4.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Eu queria fazer uma solicitação ao nobre Deputado: para que pudéssemos discutir esse assunto na hora oportuna, inclusive até em relação ao próprio depoente presente, para que nós, depois que ele saísse, nós pudéssemos discutir isso independente da presença dele, porque não só ele como nós, em tese, ficaríamos mais à vontade. Então, na hora oportuna, eu gostaria que o senhor colocasse isso daí. Bom, não tem mais nenhum Deputado que queira argüir. Eu gostaria de agradecer ao nobre Dr. Ronaldo pela, pelo seu depoimento aqui na nossa Comissão.

**O SR. RONALDO MACIEL BOLOGNESI** – Eu permaneço à disposição da Comissão e em qualquer momento não me furto de prestar os esclarecimentos necessários e imprescindíveis que os senhores julgarem necessários. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) - Muito obrigado.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Pela ordem, Deputado Norberto Teixeira.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Eu, na realidade, tenho muita pergunta para se fazer ao Dr. Ronaldo e à empresa dele, e eu precisava de muita documentação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Só que tem que o Deputado, que o Dr. Ronaldo já encerrou a ...



**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Não, não. Eu não vou fazer hoje essa pergunta. Eu quero só justificar, que o nobre colega pediu. Eu... quando nós pedimos documento de informação, esses documentos tão chegando muito furados. Eles estão mandando uma cópia do contrato e esquecendo de mandar a cópia de aditivo, esquecendo de mandar a cópia de pagamento de aditivo fora da norma, dos contratos; tão mandando diversos tipos de concorrência diferente do que nós estamos pedindo e não tão mandando nenhuma informação. Tão até simplesmente deixando essa Comissão em situação difícil. Então, chegou ao extremo de pedir isso — eu também sou contra. Chegou ao extremo de pedir isso, para que você pudesse ter uma informação concreta. Será que essa obra não vai parar amanhã? Já fez duas concorrências e vai ter que parar de novo? Sim, porque não pode fazer mais, pela nova lei. É a mesma coisa de outro consultor que nós pedimos. Veio trazer um filminho bonito, com computador, feito em computador, que não é a realidade. Para trazer uma imagem? Não, eu quero ver a imagem que está correndo lá na cidade deles, não é na nossa. Então, eu gostaria de deixar bem claro para o senhor que não é... eu não tenho, eu não estou aqui para poder ser... massacrar ninguém. Eu quero é colaborar. Eu acho que tem que voltar as obras. Obra tem que ser votada, ser bem feita e entregar para comunidade, do que ficar aí quebrando, arrebrandando uma empresa, arrebrandando o órgão. Não, eu não quero isso. O que eu quero é que as pessoas possam prestar informação concreta, para que o nosso Relator tenha condições de elaborar um relatório perfeito e que também tire nossas dúvidas. Que essa Comissão seja respeitada. Que mande documentos, os verdadeiros. Não vem com documento... somente com uma cópia do contrato: “essa aqui é a cópia do contrato”. E pronto. E na hora que você vai no tribunal tem





diversos aditivos, tem diversas irregularidades. Que não falam a verdade. Se falasse a verdade, não ocorria o que nós estamos investigando aqui hoje. Essa é a realidade. É por isso que estou chegando a esse extremo que nós chegamos aqui hoje.

**O SR. DEPUTADO LUIZ FERNANDO** – Deputado Norberto, é só para esclarecer. O que eu necessito é justamente ter dados concretos. É claro que eu sou contrário a dados falsos, mas se eu tenho que fazer o julgamento e se eu estou lá no extremo norte, eu sou do Amazonas, e o julgamento é de alguma coisa que está se passando lá no Rio Grande do Sul, eu quero estar exatamente com condições de fazer esse julgamento, de dar o meu voto. Mas, claro, com dados... Eu não estou sabendo quais são as empresas que enviaram dados que não são verdadeiros, mas que a empresa, no período de uma semana, envie dados reais sobre o que está se pedindo mesmo ou, se for o caso, se reconvoque para depor. Mas que a gente tenha condição de fazer com justiça todos os votos que aqui forem procedidos. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Só para esclarecer ao nobre Deputado Luiz Fernando, essa convocação do Dr. Ronaldo Bolognesi, ela foi feita em conjunto com os outros que tinham pertinência em relação à obra. Outros vieram prestar o depoimento, não é? Mas aqui na presença de todos os colegas o diretor do DNER confirmou a presença dessas notas falsas, inclusive mostrando documentos de que um funcionário, como o nobre Deputado Anivaldo Vale falou, ele comprovou aqui que houve... inclusive a data eu me lembro muito bem: dia primeiro de junho. Ele foi notificado oficialmente da presença dessas notas falsas. Bom, daqui a pouquinho nós vamos colocar esse requerimento em votação, aí todos



podem... realmente poder discutir melhor. Vamos passar aqui ao outro depoente, o Dr. Edenilso Rossi Arnaldi. Ele é o representante legal da construtora Sial Construções Civis Ltda. (*Pausa.*) O Dr. Edenilso vai prestar o compromisso.

**O SR. EDENILSO ROSSI ARNALDI** – Eu, Edenilso Rossi Arnaldi, faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Com a palavra Edenilso Rossi Arnaldi, representante legal da Construtora Sial, para suas exposições iniciais, no prazo de dez minutos.

**O SR. EDENILSO ROSSI ARNALDI** – Boa tarde, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Eu fui convocado na condição de testemunha relativa à obra da conclusão ou execução da Penitenciária Estadual de Piraquara, no Estado do Paraná. Também da primeira convocação enviei um fax. Como me foi feita convocação por fax na quinta-feira que antecedeu o feriado de sexta prolongada — eu estava de viagem —, não pude estar presente na última terça-feira. Comuniquei. Fui convocado novamente e me faço presente. Só gostaria de informar que o nosso contrato se refere à conclusão da obra determinada Penitenciária Estadual de Piraquara. Logicamente que difere do contrato da primeira execução da obra que foi paralisada. Estou à disposição.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Com a palavra o nobre Relator, Deputado Anivaldo Vale.

**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** – Sr. Presidente, eu me reservo a fazer a pergunta no curso do debate.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Com a palavra o Deputado Norberto Teixeira.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Edenilso, né?

**O SR. EDENILSO ROSSI ARNALDI** - Perfeito.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Dr. Edenilso, no período de 8 a 14/11/2000, essa obra estava em execução ou estava paralisada?

**O SR. EDENILSO ROSSI ARNALDI** – A 14/11/2000?

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Isso.

**O SR. EDENILSO ROSSI ARNALDI** - Provavelmente paralisada, pois nós participamos do processo de licitação e fomos contratados com data do dia 28/12/2000. Imagino que esteja paralisada, estivesse paralisada.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Ah, o senhor já é o segundo contratado dessa obra?

**O SR. EDENILSO ROSSI ARNALDI** - Sim.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Ou terceiro?

**O SR. EDENILSO ROSSI ARNALDI** - Não. Fiz questão de frisar que a Sial é responsável pelo contrato de conclusão da obra da Penitenciária Estadual de Piraquara. Pelo que me conste, essa obra, houve um contrato anterior. Foi paralisado e houve depois uma licitação da qual nós participamos e obtivemos o contrato. E isso se deu, a licitação — os documentos eu encaminhei para cá —, deve ter ocorrido acho que em outubro de 2000, e o contrato foi firmado em dezembro de 2000.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Bom, o senhor fez para terminar as obras?



**O SR. EDENILSO ROSSI ARNALDI** - Estou terminando, Deputado.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – E estava previsto para dezembro deste ano para o senhor terminar as obras, o contrato?

**O SR. EDENILSO ROSSI ARNALDI** – Não, o contrato finda-se em 30/10/2001.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Antes do senhor, que construtora que pegou a obra, 75%? O senhor está pegando só 35% da obra?

**O SR. EDENILSO ROSSI ARNALDI** - Eu não tenho esse número em percentuais, porque tratou-se de conclusão, nova licitação, nova planilha, novos estudos, mas eu acho que em torno de uns 30% é o que estava para finalizar. Trinta, 35, realmente. Com relação à outra empresa, o senhor perguntou, me consta... pelo que me consta... Evidentemente não posso garantir, mas me parece que é uma empresa denominada COTELI Engenharia.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Deixa eu explicar. Sr. Relator, essa obra, na realidade, foi relicitada por uma firma, construção da Penitenciária de Piraquara, penitenciária nova. Ela tem uma licitação em nome de COTELI. Bom, passou COTELI, parou a obra com 75%. De repente, mudaram o parecer da obra agora. Não é penitenciária nova de Piraquara, agora é conclusão. Fez nova licitação e quem ganhou foi a Sial, não é isso, Dr. Edenilso?

**O SR. EDENILSO ROSSI ARNALDI** - Perfeito.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Foi a Sial?

**O SR. EDENILSO ROSSI ARNALDI** - Perfeito.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – A Sial já fez termo aditivo dessa obra?



**O SR. EDENILSO ROSSI ARNALDI** - Não. Aditivo de valores, não. Nós temos um aditivo de prazo de obra.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – O Aditivo 94 quer falar sobre o quê?

**O SR. EDENILSO ROSSI ARNALDI** - Está em poder da Comissão, nós encaminhamos. Deve ser... e é o único aditivo da obra com relação a prazo, prazo de execução.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – E a obra está terminando agora?

**O SR. EDENILSO ROSSI ARNALDI** – Trinta do dez, Deputado.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – O valor... não houve mais aditivo ao valor da obra?

**O SR. EDENILSO ROSSI ARNALDI** - Não.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Somente... tem recursos locados, tudo?

**O SR. EDENILSO ROSSI ARNALDI** - No que nos consta, a obra tem a dotação orçamentária do Governo Federal... acho que 80% no âmbito federal e 20% de contrapartida do Estado. Estamos executando normal, os contratos normais, as faturas normais. Estamos recebendo normalmente.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Sr. Presidente, com a Sial, não. Eu gostaria que aqui estivesse o proprietário da construtora COTELI, antes da Sial, o primeiro contrato que houve com a penitenciária de Piraquara. Está tendo uma prática, Sr. Presidente, em diversos contratos de penitenciárias no Brasil, de não concluir. E, depois, muda o projeto dela, abre nova licitação, vem outra construtora.



Então, está ficando difícil de trabalhar com penitenciária aqui no Brasil, negócio de recursos para penitenciária. Mas gostaria de fazer só uma pergunta para o senhor. A construtora Sial tem alguma ligação com a COTELI?

**O SR. EDENILSO ROSSI ARNALDI** - Nenhuma.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Não são sócios, parentes?

**O SR. EDENILSO ROSSI ARNALDI** - Somos concorrentes no mercado.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Não tem sociedade?

**O SR. EDENILSO ROSSI ARNALDI** - Nenhuma.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Então, Sr. Presidente, eu gostaria de estar aqui, convocar, inclusive estou fazendo requerimento para convocar a construtora COTELI. É com ela que paralisaram as obras e fez diversos termos aditivos sobre a obra de Piraquara. O senhor está tocando outras penitenciárias?

**O SR. EDENILSO ROSSI ARNALDI** - No momento, não. Já executei.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Maringá?

**O SR. EDENILSO ROSSI ARNALDI** - Não.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Londrina?

**O SR. EDENILSO ROSSI ARNALDI** - Londrina, nós concluímos a cadeia pública de Londrina.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – A Casa de Recuperação de Londrina, não?

**O SR. EDENILSO ROSSI ARNALDI** - Não.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Antigo Distrito de Tamara?

**O SR. EDENILSO ROSSI ARNALDI** - Não.



**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Não é o contrato seu?

**O SR. EDENILSO ROSSI ARNALDI** - Não é. Nós executamos Guarapuava, a primeira penitenciária industrial do País, eu acho. Foi feita no Paraná.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Então, Sr. Presidente, eu estou requerendo a convocação — inclusive estou fazendo o ofício já para dar entrada nessa CPI — do proprietário da COTELI, da construtora COTELI, sobre a Penitenciária de Piraquara. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Como V.Exa. falou, gostaria que V.Exa. fizesse o requerimento por escrito. Algum Parlamentar gostaria mais de fazer pergunta?

**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** – A Relatoria está satisfeita com as respostas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Então, eu gostaria de agradecer ao Dr. Edenilso Rossi pelo depoimento aqui nessa Comissão. Muito obrigado.

**O SR. EDENILSO ROSSI ARNALDI** - Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Gostaria que fizesse parte da Mesa o Sr. Sadi Assis Ribeiro Filho, representante da construtora Guimarães Castro Ltda.

**O SR. SADI ASSIS RIBEIRO FILHO** - Faço, sob a palavra de honra, faço sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade, do que souber e me for perguntado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Obrigado.

*(Intervenção inaudível.)*



**O SR. SADI ASSIS RIBEIRO FILHO** - Meu nome é Sadi Assis Ribeiro Filho.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Sr. Sadi, o senhor tem a palavra por dez minutos para as suas exposições iniciais.

**O SR. SADI ASSIS RIBEIRO FILHO** – Sr. Presidente, penso que poderei ser bastante breve. Eu, de maio de..., sou funcionário do Banco do Brasil, aposentado desde fevereiro de 1992 e, de abril de 92 a junho de 1966, eu prestei consultoria para essa empresa, prestei serviço, e, em junho de 1966, eu fui dispensado. Durante esse período, até porque residi e resido em Brasília, me era solicitado por vezes assinar, por procuração, contratos que eram contratos obtidos através de licitação pública, como é o caso do contrato com o Banco Central. Assim, eu não posso deixar de registrar, que foi com uma certa perplexidade que, na terça-feira passada, um antigo diretor da empresa e proprietário da empresa me ligou, ainda na terça-feira pela manhã, dizendo que eu estava sendo convocado para CPI de Obras Inacabadas. Aqui compareci, mas os acontecimentos do dia cancelaram a reunião. Mesmo assim, compareci à Secretaria e fiz esses comentários que agora faço. E de toda a sorte, estou à disposição da Comissão e tenho aqui o estatuto e o contrato social da empresa da época da assinatura do contrato. Eu não era dirigente da empresa, não era quotista, não administrava e nem participava de nenhum assunto de canteiro de obra, contábil, etc., mas me coloco à disposição evidentemente da Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Deputado Anivaldo Vale, Relator.





**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** – Sr. Presidente, inicialmente não tenho nenhuma pergunta a fazer ao Dr. Sadi, no curso de..., me reservo o direito, no curso da reunião, se tiver alguma pergunta, eu farei.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Com a palavra o Deputado Norberto Teixeira.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – O nome do senhor é Sadi Assis Ribeiro Filho?

**O SR. SADI ASSIS RIBEIRO FILHO** – Isso.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – O senhor que assinou o contrato da construção dessa obra?

**O SR. SADI ASSIS RIBEIRO FILHO** – Sim, sim, por procuração, uma procuração específica para que eu assinasse o contrato.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – O senhor assinou pelo banco ou...

**O SR. SADI ASSIS RIBEIRO FILHO** – Não, assinei pela construtora...

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – ... pela construtora?

**O SR. SADI ASSIS RIBEIRO FILHO** – ... que eu dava, como disse, consultoria para a construtora e morava, como moro, aqui em Brasília.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Nessa época o senhor era funcionário do Banco Central?

**O SR. SADI ASSIS RIBEIRO FILHO** – Não, não, não, eu fui funcionário do Banco do Brasil...

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Ah, do Banco do Brasil...



**O SR. SADI ASSIS RIBEIRO FILHO** – ... me aposentei em fevereiro de 1992 e, a partir de maio, passei a fazer a consultoria econômica.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Mas o senhor era responsável pela firma, então, se tinha procuração, o senhor era responsável pela firma?

**O SR. SADI ASSIS RIBEIRO FILHO** – Não, não, não. Eu tive uma procuração específica para assinar esse contrato. Eu não tinha nenhum ato de gestão na empresa, não cometia nenhum ato de gestão.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – E quem que era responsável, era o seu Carlos, que assinou o contrato também?

**O SR. SADI ASSIS RIBEIRO FILHO** – Eu não tenho o contrato em mãos.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Quem que é o proprietário da empresa?

**O SR. SADI ASSIS RIBEIRO FILHO** – Eu tenho aqui, Deputado, o último, que é do meu conhecimento, a última consolidação do contrato social da empresa e, que penso, esteja dentro do contrato, onde constam aqui quais são os quotistas e diretores, que eu posso passar às mãos de V.Exa.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – O senhor tem um documento que comprove que o senhor é procurador somente, procurador da empresa?

**O SR. SADI ASSIS RIBEIRO FILHO** – Não, eu não tenho esse documento, Deputado. Eu penso que no próprio contrato — que deve estar dentro —, com o Banco Central, consta a procuração, eu não tenho mais essa memória. Eu, como disse, fui dispensado da empresa em junho de 1996.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – O senhor prestou só para assinar contrato com o Banco Central?



**O SR. SADI ASSIS RIBEIRO FILHO** – Não, eu, como disse, prestava serviços à empresa à época. O Brasil viveu uma fase de alta inflação, eu sou economista de profissão, e eu prestava consultoria a diversas empresas, não só a essa. Mas como morava em Brasília, me era solicitado por vezes para assinar contratos como esse de..., que são contratos por licitação, onde pouco há de se questionar do contrato. É comparecer, alguém e assinar. Não há um, não há um questionamento nas cláusulas contratuais.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – O senhor tem escritório aqui em Brasília e prestado assessoria?

**O SR. SADI ASSIS RIBEIRO FILHO** – Não. Atualmente o meu escritório está desativado.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Mas em 96 o senhor tinha escritório.

**O SR. SADI ASSIS RIBEIRO FILHO** – Sim, tinha uma pessoa jurídica.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Qual que é o nome do escritório do senhor?

**O SR. SADI ASSIS RIBEIRO FILHO** – É SARF, Serviço de Assessoria Econômica. Mas eu prestava a consultoria em termos pessoais.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – E essa firma foi pela empresa ou foi pela pessoa física do senhor.

**O SR. SADI ASSIS RIBEIRO FILHO** – A procuração foi pela pessoa física. Eu penso que a procuração esteja dentro do processo do Banco Central.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Não, não está.



**O SR. SADI ASSIS RIBEIRO FILHO** – Eu não tenho mais, eu não guardei nenhum arquivo da empresa.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Sr. Presidente, eu gostaria de uma informação do senhor. O proprietário dessa empresa compareceu hoje, vai comparecer hoje em audiência?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Não vai, não. Hoje não.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Tá, eu não tenho..., esse é o procurador, eu gostaria que registrasse o nome da empresa dele e, se for preciso, depois convocá-lo de novo, depois de o proprietário da empresa vir depor.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Algum Deputado gostaria de fazer pergunta, não? Deputado Anivaldo Vale.

**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** – Eu queria só fazer, da parte da Relatoria, o agradecimento e o pedido de escusas pela incomodação de lhe trazer aqui, Dr. Sadi, mas a gente conhece o seu trabalho e sabe que é uma pessoa competente, e eu queria só agradecer a sua presença.

**O SR. SADI ASSIS RIBEIRO FILHO** – Muito obrigado. De qualquer sorte, eu me coloco sempre à disposição da Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Eu gostaria que a Secretaria dessa Comissão convidasse o Banco Central para que fizesse..., Dr. Carlos Eduardo Tavares de Andrade, ele está..., eles pediram só para... Enquanto ele chega, vamos aguardar só um minutinho enquanto ele chega aqui para prestar esclarecimento.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** - Sr. Presidente, então gostaria de pedir a reversão de pauta, se nós pudéssemos ir votando alguns depoimentos.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Vamos colocar em votação a inversão de pauta. Os Deputados que aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*) Aprovada.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Pois não, Deputado.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Eu gostaria de pedir para retirada de pauta do Requerimento nº 220/01, de minha autoria, a pedido do Deputado João Matos, porque está recolhendo toda a documentação necessária.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – O.k., esta Presidência acolhe. Requerimento nº 185/01, do Deputado Norberto Teixeira, que quer informação ao Diretor-Presidente da Companhia Docas do Estado de São Paulo. Para encaminhar, passo a palavra ao Deputado Norberto Teixeira.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Sr. Presidente, são só requerimentos de informações. Nós estamos pedindo informações a todos os órgãos para que possam informar a essa CPI, para não ter, ficar especulação. Nós não estamos convocando, não estamos nada, estamos simplesmente pedindo informação ao Presidente das Docas do Estado de São Paulo, com diversos outros requerimentos meus que estão aqui, para que ele possa informar se tem obras paradas, se estão revisando obras ou se estão paradas por falta de recurso ou por falta de, ou por decisão judicial, ou por alguma decisão do TCU. São somente informações.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Alguém quer mais discutir?

**O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA** - Sr. Presidente, eu estou aqui...



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Com a palavra o Deputado João Almeida.

**O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA** – ... me deparei aqui com um número de requerimentos enorme. São dezessete, quatro deles de quebra de sigilo e os demais de informações. Eu estou sabendo, Sr. Presidente, que essa Comissão encerra o seu prazo no dia 8, eu pergunto se terá essa Comissão condições de pedir ampliação de prazo dos seus trabalhos sem ter obtido qualquer conclusão preliminar sobre qualquer assunto e ademais se sobrecarregando? A análise desses documentos aqui, desses pedidos de informação, requer uma assessoria brutal para tirar desses requerimentos de informação as informações necessárias para transformá-las em convocação de pessoas e preparação de pauta para interrogar essas pessoas, para não repetirmos o que vimos aqui agora: dois depoentes que vieram aqui para nada, vieram até por engano. Um simplesmente porque assinou um contrato para aquele ato representante legal, não tem nada a ver com a empresa. Tal qual faz um funcionário de nosso gabinete assinar um convênio com uma procuração de um Prefeito. De modo, Sr. Presidente, que eu estou preocupado que nós possamos não chegar a lugar nenhum com a aprovação tão grande de número de requerimentos aqui de informações. Eu estou aqui olhando obras da Bahia do maior interesse nosso, que eu acompanho de perto, tenho feito até, juntamente com os Deputados da Bahia, emendas de bancada para fazer dotações orçamentárias e sei que estão inacabadas porque são obras programadas para cinco, seis, oito, dez anos. Os recursos alocados não são suficientes nem para tal prazo, rolam dez, vinte, trinta anos. Que informações se pretende sobre essas obras? E aqui fica a Comissão pedindo informações tão genéricas sobre tantas



generalidades que os próprios órgãos, como já ouvi aqui hoje, desconsideram a importância da Comissão e não atendem as informações, mandam pela metade, pede-se uma coisa e informam outras. Pergunto: onde vamos parar com o trabalho dessa Comissão? Estive surpreso porque estava viajando ao exterior e cheguei aqui e encontrei a notícia de que a Comissão ia à Bahia para averiguar as obras inacabadas da Bahia. E lá efetivamente todos nós conhecemos, e já foi assunto da imprensa nacional e local, há uma pendência relativa a uma obra do aeroporto de Salvador, já trabalhada pelo Tribunal de Contas, é de fato uma matéria sobre a qual a Comissão poderia trabalhar, dado o inusitado propósito com que se criou essa Comissão que ela está feita para tudo. Poderia ser Comissão para Tudo, dada a amplitude do seu propósito, ela poderia até averiguar os problemas havidos lá e já identificados. Agora, li também no jornal que iam verificar as obras inacabadas da Universidade da Bahia, Federal da Bahia. Ora, Sr. Presidente, o que lá existe é um esforço da bancada da Bahia, aliás, diga-se de passagem, para que compreendam bem, o único esforço que a bancada da Bahia faz por unanimidade é alocar há dois anos uma verba para melhorar a infra-estrutura da universidade, que está em pandarecos. E lá vai a Comissão, obra inacabada da Universidade da Bahia. Quer dizer, eu não sei, estou aqui preocupado, estou vendo aqui pedido de requerimento de quebra de sigilo bancário. Sr. Presidente, quebra de sigilo bancário é uma coisa muito séria. É preciso ter fundamento, é preciso saber o que se pretende com a quebra de sigilo bancário. É preciso ter um indício: pretende-se quebrar o sigilo bancário para identificar uma coisa que já foi de alguma forma levantada, com indício dado. Quebrar o sigilo bancário de uma empresa, ou de duas, ou de três, como tem aqui, para chegar aqui uma pilha de papel, sem definir sequer o período,



que utilidade terá? Terá a Comissão condição de processar isso? E em que prazo, se o seu prazo de funcionamento se encerra no dia 8? De modo, Sr. Presidente, que eu estou fazendo essa consideração aqui e vim aqui como Vice-Líder do PSDB, trazer essas nossas preocupações. Nosso ilustre companheiro, Deputado Anivaldo Vale, é o Relator da Comissão, para que, penso que se faça uma reflexão.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA** – Nós podemos de alguma forma orientar os trabalhos para um resultado, não é? Que possa efetivamente ao fim deles ser apresentado: olha aqui um resultado, olha aqui um caminho, olha aqui uma obra que precisou de ter uma retificação, olha aqui um sujeito que precisa ser punido, ir para a cadeia, ter o seu dinheiro tomado de volta, porque superfaturou lá o que fez em relação à obra. Agora, na generalidade como estamos operando aqui, eu temo que não cheguemos a lugar nenhum a não ser criar constrangimentos variados a diversas pessoas, empresas e órgãos do Governo.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Pela ordem, Deputado Norberto Teixeira.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Eu acho que está tendo um engano. Acho que pedir informação, essa Comissão tem o direito. Pedir uma informação para um órgão para saber quantas obras estão sendo realizadas, acho que o órgão pode responder. Se tem alguma parada por falta de recursos, ela pode responder. É pegar um papel e: estou realizando tanto, tem tantos parados, tantos faltam recursos, tantos com decisão judicial. Se eu não puder responder para um Deputado, para uma CPI, para ter uma informação generalizada... Agora, eu não





estou convocando ninguém aqui não, eu estou pedindo informação. Se um Deputado não tiver direito de pedir uma informação, o que que nós estamos fazendo aqui, defendendo quem? Defendendo interesses particulares? Eu não estou. E outra coisa, eu pedi quebra de sigilo com documentos do TCU, Tribunal de Contas da União. Vinte e sete notas falsas para receber recursos do DNER e do Ministério dos Transportes não é irregularidade, Deputado? E não é só isso, são composições de preços que estão fazendo com notas às empresas que não estão fornecendo o produto. Isso está ocorrendo em diversas obras de composição. O DNER agora mudou o sistema, mudou o sistema esse ano.

**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** - Então, eu gostaria aqui, um minutinho só, Sr. Presidente, eu gostaria de pedir informação eu acho que não tem... é um direito meu, como posso pedir informação para o plenário também. Então, eu vou requerer no plenário, pedindo informação, isso é um direito meu. Como Deputado eleito, eu tenho esse direito de pedir informação. Agora, eu não estou convocando, não estou nada. Agora, quanto à Bahia, quero só dizer para o nobre Deputado que nós não fomos visitar reitor, nós fomos lá ver não a emenda da bancada que está fazendo a obra, mas o dinheiro de outro recurso do Ministério da Saúde de ampliação de uma sala cirúrgica, umas obras cirúrgicas que estão paradas. Então, nós não fomos visitar a obra da emenda da bancada. E também o aeroporto, lá foram diversas rodovias abandonadas. Depoimento. Gostaria, Sr. Deputado, requerer do Sr. Deputado, Sr. Presidente, se eu pudesse pegar toda a cópia da ata da taquigrafia, do que ocorreu e passasse uma cópia para ele, para ele ver o que o povo falou e que o próprio Governador, o próprio Governador da Bahia



citou a nós. Então, é irrigação de batateira, irrigação, são diversos tipos de irrigações parados, que os próprios Secretários do Governo passaram a informação e o patrimônio da União com diversos abandonos... A Informação é do próprio Governador do Estado. Então, só assim que nós vamos resolver um relatório que a gente possa mostrar para a comunidade o que está acontecendo, o que está descobrindo. Eu gostaria aqui, eu até pedi para retirar, porque eu não recebi toda a informação do Requerimento nº 220. Agora, o outro Requerimento nº 219, que é quebra de sigilo e o 202, aí pode derrubar, pode fazer tudo, mas pelo menos a minha consciência, eu estou com o documento do TCU, que é um documento oficial, que examina as contas da União, que examina as contas também do Poder Público.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Requerimento em votação.

**A SRA. DEPUTADA TÂNIA SOARES** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) - Com a palavra a Deputada Tânia Soares.

**A SRA. DEPUTADA TÂNIA SOARES** – Sr. Presidente, eu só queria comentar que eu acho que algumas coisas o João Almeida tem razão, a questão do volume. Acho que poderíamos decidir até por criar sub-Relatores porque ajudaria o Relator, realmente eu acho, que ficaria muito sobrecarregado com assuntos diversos que estão ensejando a Comissão. Nós poderíamos criar sub-Relatorias para cuidar, inclusive, desses documentos que vão chegando. Dividiríamos as tarefas e, talvez, dêssemos um andamento mais rápido. A outra questão, Deputado, é que é demorada mesmo essa questão de CPI, de você receber as informações e poder chegar a alguma conclusão. Pode vir um depois e a gente saber que não é esse o



caminho e ter necessidade de chamar outras pessoas, e encontrar, já que há indícios, nessas obras, de que... Quer dizer, algum problema está causando o fato de a obra estar parada. Podem ser coisas que estejam prejudicando o erário público, como pode ser que não. A gente ajude a que a obra tenha mais dinheiro, tenha mais orçamento e tal. Então, quer dizer, o papel da CPI é esse. Então, eu acho que até o volume de trabalho no dia 8 realmente não vamos cumprir, eu acho que é mais um motivo para o dia 8 pedirmos a elasticidade desse prazo em relação à CPI. Era só isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Com a palavra o Deputado José Borba.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ BORBA** – Sr. Presidente, nobres companheiros, observando as colocações do companheiro João Almeida, realmente há uma preocupação. Primeiro, queremos reconhecer o bom trabalho que desenvolve o Deputado Norberto Teixeira, mas tendo em vista a data já prevista de encerramento — contamos com a prorrogação, sem dúvida, mas ainda está por vir —, é uma preocupação de nossa parte, até porque não criamos nesta CPI o hábito de fazer uma reunião com os membros, uma reunião de trabalho para nós analisarmos, classificarmos, avaliarmos o que está no alcance, o que não está no alcance. Contudo, observando já a antecipação do pedido de retirada pelo próprio autor, Deputado Norberto Teixeira, do Requerimento nº 220, eu pediria também a compreensão que façamos esse comportamento nas demais quebras de sigilo, para que possamos ter uma definição, realmente saber se teremos prazo, para não expormos as empresas que por razão ou outra, as obras que por razão ou outra se encontram paralisadas. Portanto, vamos buscar outros artifícios. Eu pediria, se tiver



na compreensão e no alcance do Deputado Norberto, que fizesse, que pedisse a retirada do Requerimento 219 e também do 222.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Com a palavra o Deputado Anivaldo Vale.

**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** – Eu acho oportuno, muito embora nós estamos aí a discutir o primeiro requerimento, mas já que a força das falas foram em função do requerimento sobre quebra de sigilo bancário, queria fazer uma observação que eu acho oportuna. Eu penso que a condição para quebrar o sigilo bancário, com todo o respeito à dedicação, ao trabalho, à competência do Deputado Norberto, mas é importante ressaltar que a lei complementar expressa a condição de que haja fundamento que justifique a necessidade do pedido. Nos casos dos requerimentos em discussão, não nos parece que essa exigência tenha sido atendida, tendo em vista, dentre outras, as seguintes razões: quanto ao aspecto formal, os requerimentos pouco esclarecem a respeito, mencionando fatos genéricos e hipotéticos; b) quanto ao aspecto factual, a simples ocorrência de termos aditivos e reajustes de valores contratuais não podem, **a priori**, ser considerados ilegítimos antes de uma análise técnica e jurídica sérias, mesmo por que eu fiz o registro de que com relação à questão das licitações eu me reservava a ouvir a consultoria sobre todas elas, fato que não aconteceu até este momento. Que garanta a preservação do princípio da inocência até prova em contrário; c) não cita também o período que deve ser investigado, como bem observou o Deputado João Almeida. E no caso do Requerimento 220 foi formado um consórcio e é solicitada a quebra de sigilo de cada empresa separadamente. É preciso também não confundir reajuste, que é a mera utilização de valores monetários, atualização, decorrentes do processo



inflacionário, com a revisão que aumenta o real do valor contratado, cuja efetivação depende de atendimento de condições previstas em lei. Supostas notas frias é um assunto que tivemos alguma indicação e é um assunto que está sendo discutido nesta Comissão. Imagino que devemos fazer o aprofundamento dessa discussão. Não podem, ainda que informações do DNER, que ainda depende da informação do DNER e a manifestação do TCU, também não tem ligação com o sigilo bancário. E, finalmente, o fato de o TCU ter determinado a anulação de um termo aditivo também não evidencia a ocorrência de fato que determine prejuízo ao erário e, sim, uma simples interpelação de que, na verdade, tratava-se de um novo objeto, sujeito, portanto, a nova licitação. Eu faço essas observações porque eu reputo a quebra de sigilo uma situação extremamente grave, e dela eu não me furto. Qualquer caso que vier aqui que tiver fundamentação, eu acho até que em nome de não expor a Comissão, não expor nenhum de nós da Comissão, certamente seria necessário que esse requerimento viesse com todas essas explicitações, a razão firme da quebra de sigilo, para a gente poder votar em sintonia com aquilo que realmente está preservado, ou que está indicado, ou que está de alguma forma explicitado em algum trabalho que for levantado. Certamente, se nós tivermos esse cuidado, nós vamos aprofundar o nosso trabalho e, da minha parte, não tenho nenhum receio em quebrar. A única coisa que eu tenho é que realmente a fundamentação, no meu entendimento, ela carece de alguma coisa mais profunda. Obrigado, Presidente.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Pela ordem, Deputado.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Eu já tinha retirado o 220. Se for questionar, nós vamos questionar ele mais ainda, porque a minha suspeita não é



o problema de termo aditivo. A minha suspeita é que a primeira obra dos Molhes do Rio Grande do Sul — eu acho que, não sei se é irregularidade —, a primeira obra do Rio Grande do Sul quem ganhou foi a mesma construtora e, depois, no terminar a obra, fizeram um termo aditivo, tentaram passar um termo aditivo a mais no Tribunal de Contas, e o Tribunal de Contas anulou isso. Aí inventaram uma nova concorrência mudando alguns nomes da empresa com os mesmos proprietários, o mesmo grupo, mudando o nome para poder falar que mudou a construção. Ora, pessoal. Então, eu retirei o 220 a pedido do Deputado que chegou comigo. Eu retirei. O 219 não chegou em votação ainda. O 222, o Deputado Fernando tinha pedido para eu retirar, e eu atendi o pedido dele. Estava esperando chegar a votar, porque chegou aqui na realidade o 185. Agora, o 219 eu estou pedindo porque eu vou retirar a pedido do Deputado Fernando. É Fernando o nome do senhor, não é? Porque pediu para mim e justificou. Agora, deixa eu explicar só para o senhor. Existe? Existe. Nota falsa? Existe. É suspeito o Tribunal? Eu estou colhendo para o Tribunal de Contas da União. Pensei que era o órgão mais responsável de fiscalizar. Eu estou vendo que não é. Então, eu vou jogar todos os meus papéis do Tribunal que estão comigo, que não têm valor nenhum pelas irregularidades que o Tribunal fala. Isso não está tendo aqui. Agora, eu não vou fazer a partir de hoje nenhum requerimento. Eu vou cruzar os braços e vou fazer de conta que sou Deputado. Venho aqui, voto e pronto, e depois faz um relatório de obras inacabadas, pego uma cópia, vamos fazer, assinar e pronto, da comunidade, mostrar para a imprensa. Acho que solução nossa seria essa. Eu estou aqui, a partir de hoje não faço nenhum requerimento. Vou ficar. Agora, eu não quero amanhã me chamar de omisso, e não quero amanhã, também, me chamar de irresponsável. Eu estou aqui. O que eu



puder fazer para ajudar a Comissão, vim aqui para Comissão, e se o meu Líder, do meu Partido, achar que deve me tirar, que retire. Mas, até então, estou aqui. Estou aqui, vou ficar aqui, vou vir aqui assinar o ponto e vou sair todo dia. Venho cá, assino o ponto para não ter falta e vou sair, mas não faço requerimento mais daqui para frente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Deputado, me permita um aparte. Eu acredito que esta Comissão está entrando no canal adequado para esclarecimento que a população brasileira quer. Então, esta Presidência quer fazer um apelo a V.Exa., que tem contribuído demais com esta Comissão no avanço do que nós estamos levando para tirar uma conclusão dessas obras inacabadas. Natural que esta Comissão tenha muitos interesses ao redor. Nós sabemos que estamos tendo obstáculos um atrás do outro para que possamos executar, com clareza, com transparência, naturalmente, o nosso trabalho. Mas queria fazer um apelo a V.Exa.: que V.Exa. continuasse contribuindo com seu trabalho. A sociedade precisa, a sociedade brasileira quer e nós não podemos prescindir do trabalho de V.Exa. Por isso eu queria que não só V.Exa. continuasse participando, mas continuasse fazendo requerimento, porque nós não podemos parar, se obstáculos são feitos para serem vencidos, a opinião desta Comissão tem que ser dada — mas nós somos representantes do povo — para que possamos representar esse povo condignamente. Por isso, queria fazer esse apelo a V.Exa.: continuasse atuante nesta Comissão. Com a palavra o Deputado João Matos.

**O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS** – Sr. Presidente, também gostaria de juntar-me a V.Exa. no sentido de conclamar o Deputado Norberto Teixeira para repensar essa sua decisão anunciada. Deputado Norberto, se, em determinado



momento, solicita-se, antes de se colocar em votação, o requerimento para quebra de sigilo ou para alguma outra providência, é no sentido de buscar mais alguns esclarecimentos, mas não, em nenhum momento, para se coibir o trabalho de qualquer Parlamentar. O trabalho de V.Exa. é digno realmente de reconhecimento por parte desta Casa, pela seriedade, pela profundidade; V.Exa. tem se debruçado, tem se dedicado realmente como poucos Parlamentares têm-se dedicado às CPIs nesta Casa; tem envidado todos os esforços no sentido de vir munido de informações, de documentos e, se solicitado a sustar, por uma reunião, a análise de um requerimento, é quem sabe para dar oportunidade de mais esclarecimento a determinada empresa, a determinada autoridade, no sentido de esclarecer, para que depois nós não sejamos acusados de termos, por apressamento, por açodamento, praticado alguma votação ou alguma decisão ou chegado a uma conclusão precipitada. Nesse sentido, Deputado. Mas não poderia deixar agora, neste momento, também de juntar-me ao Presidente Damiano e solicitar a V.Exa. que repense nessa sua decisão, pois que a CPI precisa desse trabalho dedicado, e competente, e sério de V.Exa. E, por certo, o pleito de seus colegas de CPI, no sentido de dar mais um tempo, de ouvir ou de buscar mais algum documento, é no sentido de a gente aclarar apenas mais. Em nenhum momento, por certo, nenhum de seus colegas, nenhum de seus Pares pensou em boicotar a sua ação, em jogar areia nos olhos, não é verdade, da CPI, no sentido de não se chegar a um esclarecimento mútuo, claro e profundo a respeito das possíveis irregularidades que possam aparecer durante os trabalhos da CPI. Eu apelo a V.Exa., pela amizade e, sobretudo, pela admiração que tenho ao seu trabalho sério, para que V.Exa. repense. E creio, e tenho certeza de que a maioria dos membros desta CPI pensa





igualmente ao Deputado Damião e a este Deputado, seu companheiro e seu colega.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Com a palavra o Deputado Luiz Fernando.

**O SR. DEPUTADO LUIZ FERNANDO** – Sr. Presidente, eu queria só endossar as palavras que foram proferidas em direção ao Deputado Norberto, endossar totalmente, e até acrescentar um detalhezinho: é que eu não solicitei que fosse retirado, eu solicitei que fosse adiado o requerimento. Eu jamais ia pedir que fosse retirado, para não ficar registrado como retirado, mas que adiasse para que houvesse mais... consubstanciasse. Mas todos os elogios e todos os estímulos para que o Deputado Norberto continue o seu trabalho eu endosso. Obrigado.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Pela ordem, Sr. Presidente. Eu gostaria de registrar que o Deputado Luiz Fernando e o Deputado João Matos não pediram para eu me retirar, pediram para eu adiar. Mas o Deputado, inclusive, já está aqui para pedir verificação de **quorum**. Foi o que ele me falou. Citou no microfone.

*(Intervenção inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Pediu a compreensão para retirar. Então, se eu não retirar não vai ter **quorum** para votar. Isso ocorreu...Todas as vezes que tem esse requerimento ocorre isso aqui. Certo, Deputado? Eu não estou de maneira alguma... Quando o senhor veio e pediu para mim, eu, na hora, falei: “Não, eu sou companheiro”. Eu avisei ao senhor que não tinha problema nenhum.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Mas, Deputado, se o senhor quiser colocar em votação não tem problema.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Estão retirados os Requerimentos nºs 219, 220 e 222.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Deputado João Coser.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Só para entender: O Deputado Norberto Teixeira está retirando em definitivo esses dois...

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Não.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Está retirando de pauta hoje.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Estou retirando da pauta de hoje.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Está bom. Gostaria apenas de dizer o seguinte: nós estamos aqui, não tive a oportunidade de participar a semana passada, gostaria de fazer um diálogo direto ao Deputado Norberto Teixeira que, com certeza, é um dos Parlamentares que mais tem acompanhado a CPI, tanto que todos os requerimentos presentes hoje são de sua autoria. E nós sabemos que, na semana passada, parece que já foi retirado esse requerimento de pauta, é com certeza uma concessão, mas que a presença de V.Exa. neste trabalho é fundamental. Nós estamos aqui para apurar possíveis irregularidades, obras inacabadas, obras com indícios de irregularidades, então, nós não estamos aqui para fazer uma relação de ampliar amizade entre a gente, nós queremos ser fraternos um com o outro, mas com uma determinação. Então, os Deputados podem, sim, fazer intervenção, podem até fazer um pedido de retirada, podem até tentar proteger uma empresa ou um cidadão que exerce um cargo público, mas a



nossa função é apurar. Então, eu sei que a consciência de V.Exa. vai solicitar a V.Exa. que volte a semana que vem com determinação, porque não faria isso se não tivesse uma avaliação que isso é positivo para o nosso trabalho. Nós não estamos aqui fazendo julgamento, eu sou suspeito porque eu acho que sigilo bancário não é essa coisa fantasiosa. O meu pode, a qualquer hora, pegar lá e olhar, não tem problema nenhum; não estou roubando, não estou pegando dinheiro público, o meu salário entra lá naturalmente, eu gasto ele. Então, não tem por quê. A empresa que tem tudo documentado, que o recurso entra naturalmente, não tem por que chiar. Se tem por que esconder é porque pode estar fazendo alguma coisa que não deveria. Então, não vejo por que essa coisa toda em torno do sigilo bancário das pessoas de bem, não tem problema. Queria só me associar a V.Exa., ser solidário e dizer que para nós a presença de V.Exa. na Comissão, não apenas marcando presença, votando, mas atuando, fazendo requerimento, questionando, é muito importante para que a gente cumpra realmente o nosso papel constitucional e a nossa tarefa política de fazer um bom levantamento das obras inacabadas e das obras irregulares no Brasil.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Com a palavra o Deputado José Pimentel.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – Sr. Presidente, também quero registrar a postura que o Deputado tem tido nesta Comissão, e queria adicionar que, se nós pretendemos, efetivamente, quebrar os sigilos — porque há indícios fortes de irregularidades, e, neste caso, existe, porque o próprio TCU já apresentou —, corremos também contra o tempo. A quebra do sigilo bancário, esses documentos não chegam aqui antes de 45 dias, por mais boa vontade e por mais eficiente que



seja a nossa assessoria. Portanto, retardar a quebra do sigilo bancário é, na verdade, contribuir para que esses dados terminem não sendo analisados pela Comissão. Nós já presenciamos em outras Comissões algo parecido: quando as denúncias são difíceis de serem rebatidas, utiliza-se o expediente de tentar retardar ao máximo, porque, quando as informações chegarem, a CPI já exauriu o seu prazo. Nós temos uma série de exemplos sobre isso. Não estou dizendo que aqui seja esse caso, mas se nós entendermos que os dados que foram fornecidos pelo TCU, os dados são suficientes, têm indícios suficientes para aprofundar a discussão, deveríamos deliberar, sob pena de, quando nós formos deliberar, já que o prazo da Comissão é de 120 dias, essa documentação vai ser expedida aos órgãos competentes, com uma série de dados para subsidiar a sua identificação. No seu retorno, precisaremos constituir um grupo de trabalho para identificar o que nós queremos que ela, a Comissão apure, já que é uma gama de informação muito grande. A informação virá de vários bancos e de unidades em todo o País, portanto, é um volume de informação e de trabalho muito grande. Assim, eu sou daqueles que considera que, se entendermos que há indícios suficientes, que nós deliberássemos, sob pena de, quando nós formos deliberar, o objeto que nós queremos atingir – que pode ser inclusive dar um atestado à empresa, de bons antecedentes, e já fizemos isso – não se materialize.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) - Bom, vou colocar em votação, eu não coloco em votação ainda o Requerimento nº 185, não é...

*(Intervenção inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) - Deputado Anivaldo Ribeiro, pela ordem.



**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** – Eu queria...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Desculpe, Anivaldo Vale.

**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** – Eu queria fazer o registro de que o apelo que nós fizemos para retirar o requerimento foi justamente para oferecer ao Deputado e a toda a Comissão a oportunidade de ajustar o requerimento dentro daquilo que poderia ser realmente um instrumento que ficasse aqui na Comissão, um registro de “nada é inconteste”. Então, eu parablenizo, somo-me a todos aqueles colegas no relacionamento com o Deputado Norberto, que é um rapaz trabalhador, uma pessoa muito boa, com quem temos um excelente relacionamento. Agora, nós queríamos que do instrumento que ficasse aqui, de registro, constasse desse processo. Nada impede que ele faça isso hoje, que convoque uma reunião amanhã, e que se vote. Não estou pedindo para retirar em definitivo. Estou pedindo para ajustar, até para oferecer um conforto melhor, como bem observou o colega Pimentel, que acha que deve ser votado. Eu acho, sim, que deve ser votado, agora votado com um documento ajustado, porque, por exemplo, os documentos que foram abordados pelo Deputado Norberto, do TCU, e tal, tudo bem, mas não está explicitado dentro do requerimento. Seria interessante que isso ficasse, até como forma de oferecer um conforto a todos os Deputados. Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) - Requerimento nº 185. Em votação. *(Pausa.)* Os Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)* Aprovado. Requerimento nº 223, do Deputado Norberto Teixeira. Requer informações ao Ministro de Minas e Energia sobre a Implantação do Sistema de



Transmissão Xingó, na Bahia. Para encaminhar, passo a palavra ao Deputado Norberto Teixeira.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Sr. Presidente, esses Requerimentos 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 33, 34 e 35, são requerimentos em que estou pedindo informações a diversos órgãos, se há algum problema de obras, comunicarem a nós, para termos uma participação melhor. Então, são requerimentos somente de informações. Gostaria que pudessem, os nobre Deputados, aprovar, para que recebêssemos depois informações dessas obras que estão aí, já questionadas no tribunal como obras paralisadas; e outras, não como paralisadas, estão aí, na relação, como somente informação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) - Requerimento nº 223. Em votação. *(Pausa.)* Os Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)* Aprovado. Requerimento nº 224/01. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)* Aprovado. Requerimento nº 225/01. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)* Aprovado. Requerimento nº 226. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)* Aprovado. Requerimento nº 227. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)* Aprovado. Requerimento nº 228. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)* Aprovado. Requerimento nº 229. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)* Aprovado. Requerimento nº 230. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)* Aprovado. Requerimento nº 231. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)* Aprovado. Requerimento nº 232. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se acham.



(Pausa.) Aprovado. Requerimento nº 233. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. (Pausa.) Aprovado. Requerimento nº 234. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. (Pausa.) Aprovado. Requerimento nº 235. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. (Pausa.) Aprovado. Vamos dar continuidade à nossa reunião convidando o Sr. Carlos Eduardo Tavares de Andrade, ex-Diretor de Administração do Banco Central do Brasil. O nobre depoente vai prestar seu compromisso.

**O SR. CARLOS EDUARDO TAVARES DE ANDRADE** – Eu, Carlos Eduardo Tavares de Andrade, faço, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Obrigado. Com a palavra o Sr. Carlos Eduardo Tavares. V.Sa. terá um prazo de 10 minutos para suas considerações iniciais.

**O SR. CARLOS EDUARDO TAVARES DE ANDRADE** – Ilustríssimo Sr. Presidente, Exmos. Srs. Deputados, meu nome é Carlos Eduardo Tavares de Andrade, e fui, por 35 anos, funcionário de carreira do Banco Central do Brasil, onde ingressei por concurso público, oriundo do Banco do Brasil, em 1964. De abril de 93 até março de 1999, exerci o honroso cargo de Diretor de Administração do Banco Central, quando, finalmente, me afastei, em caráter definitivo. Hoje continuo no setor público, exercendo um cargo de diretor num outro órgão público. Quero dizer que estou bastante satisfeito com esse convite para vir aqui para este depoimento, e me colocar à disposição de V.Exas. para responder às perguntas que V.Exas. entenderem convenientes me endereçar, e que eu possa responder adequadamente. Muito obrigado.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) - Com a palavra o Deputado Norberto Teixeira, pela inscrição.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Dr. Carlos, na realidade, nós estamos aqui para...sobre aquele contrato do Banco Central de Curitiba. O senhor está a par daquele contrato? Que foi feito junto com a construtora, a mesma construtora não cumpriu o contrato, paralisando a obra, você está a par, o que o senhor tem a citar sobre o desenvolvimento daquela obra?

**O SR. CARLOS EDUARDO TAVARES DE ANDRADE** – A obra de que se trata é o prédio onde o Banco Central se instalará em caráter definitivo, na cidade de Curitiba. O Banco Central, naquela ocasião, ocupava três endereços diversos na cidade de Curitiba, inclusive com as dependências do Meio Circulante em local inteiramente inadequado, exposto à rua. A carga e descarga de dinheiro se fazia na via pública, com necessidade de se fechar essa via pública, com risco, inclusive, para os transeuntes, de uma eventual ação criminosa. Então, essa obra foi contratada. Essa obra foi contratada pela modalidade de licitação, e venceu uma construtora que ofereceu o menor preço. Na ocasião, a LDO, Lei de Diretrizes Orçamentárias, somente permitia a construção de prédios de segurança, naquele momento, ela não permitia a construção de prédios de escritórios. Então, a empresa foi contratada para construir as dependências do Departamento do Meio Circulante, que é o departamento do Banco Central que cuida do numerário físico, do dinheiro que o Banco Central fisicamente distribui para os bancos e que vai parar na mão da população. Então, foi essa a razão da contratação da empresa.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – E a empresa não cumpriu?





**O SR. CARLOS EDUARDO TAVARES DE ANDRADE** – Não, a empresa, ela postergou por diversas vezes, deixou de cumprir diversos prazos, em decorrência do contrato que foi assinado em 1995, em agosto de 1995. Em decorrência dos sucessivos atrasos da empresas, então, em maio de 1997, o Banco Central rescindiu o contrato com essa empresa, por inadimplemento contratual.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – A empresa, na versão da empresa, Dr. Carlos, ela fala que houve diversos pontos do projeto que sofreram alterações, e que foi diminuindo, toda vez, todas essas modificações estavam caindo sobre a empresa e diminuindo o lucro dela na obra. A compra de elevadores, ar-condicionado, traria um prejuízo em torno de 600 mil, para a construtora. A construtora veio a falir, mudou a operação da empresa e continuou trabalhando. Ela continua trabalhando?

**O SR. CARLOS EDUARDO TAVARES DE ANDRADE** – Não com o Banco Central, porque ela foi vedada de licitar, de fazer obras para o Banco Central, por causa do inadimplemento contratual. Se ela continua trabalhando com outro nome, eu realmente não posso dizer.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Mas ela voltou em 96, o próprio banco a procurou, o Banco Central procurou se havia interesse em continuar o contrato, com o aditivo de 25% do contrato. Isso é versão da empresa.

**O SR. CARLOS EDUARDO TAVARES DE ANDRADE** – Eu devo dizer a V.Exa. que desconheço e nego essa versão, porque em 96 eu era Diretor de Administração do Banco Central e não me foi apresentado, por nenhum funcionário meu, nenhuma proposta no sentido de renovar contrato com essa empresa. Devo dizer, inclusive, esclarecendo o que a empresa está alegando, de prejuízos que



ela possa vir a ter, o que a empresa desejava era, em virtude de sua dificuldade financeira – o Banco Central tem por hábito, nessas obras, ele paga pelo material colocado, instalado, dentro da obra –, a empresa queria comprar elevador, porta, etc., porta de segurança, para colocar no canteiro da obra e receber o dinheiro. Então, ela compraria isso, evidentemente, pagando a prazo, e cobraria do Banco Central. O Banco Central não concordou. O Banco Central exigiu que ela continuasse executando a obra e só pagaria aquilo que tivesse sido colocado na obra e instalado. Essa foi uma razão da empresa, inclusive, ter exacerbado suas dificuldades financeiras, porque o Banco Central não concordou com a atitude dela, que está pretendendo obter recursos do Banco Central para fazer caixa. Além do que, essa empresa deixou de apresentar certidões de regularidade com o Fisco, de INSS etc. – o que o Banco Central é bastante cioso em exigir. Ele, inclusive, fez as exigências. Ela não conseguiu cumprir as exigências. Então, foi-me apresentada pelo departamento adequado uma série de quesitos, nos quais ela se enquadrava, e que justificavam a rescisão do contrato. Essa proposta, então, foi submetida ao Departamento Jurídico do Banco Central; analisada pelo Departamento Jurídico, que concluiu haverem, sim, razões técnicas administrativas ilegais que justificavam a rescisão do contrato.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Bom, então, o Banco Central chegou a fazer o contrato de 25%, o aditivo, em 96, em maio de 96. De acordo com o Banco Central, por meio do despacho do coordenador Marcelo de Mendonça: “em maio/96, iniciamos entendimentos informais com a Construtora Guimarães Castro Ltda., para verificar a validade de execução do objeto nas condições acima...”. Em 16 de julho, ele recebeu um estudo sobre o problema do aditivo. “A Guimarães,



assim, atendeu ao pedido do Banco Central e concordou tocar a segunda etapa apenas com os 25% adicionais...” Aí houve o problema deles na hora de assinar o contrato; o problema da quitação dos tributos emitidos pelo INSS, todos vencidos, sem ter condições de modificar. Bom, a partir daí, acabou, anulou o contrato, e qual que era a pretensão do Banco Central àquela época?

**O SR. CARLOS EDUARDO TAVARES DE ANDRADE** – Bom, evidentemente, o Banco Central entendia que a obra tinha que ser continuada. Era uma obra essencial para o serviço do Banco Central. Então, o que o Banco Central fez foi imediatamente começar a elaborar um novo processo, uma nova licitação pública para contratar outra empresa para continuar essa obra. Como, evidentemente, uma contratação desse vulto, com uma obra desse porte, é alguma coisa bastante demorada, então, contratou-se, de acordo com o que permite a Lei nº 8.666, contratou-se, em caráter de emergência, uma empresa para se concluir a estrutura e proteger a parte da obra que tinha sido deixada inacabada pela Construtora Guimarães Castro, vez que se entendia que, deixada sem proteção essa obra, ela iria se deteriorar, a estrutura estava aparente, tinha ferro aparente, etc., ela iria se deteriorar, e nós estaríamos jogando fora dinheiro público, porque a obra iria se deteriorar. Então, foi feita essa contratação. Acho que cabe bem o registro de que, apesar de a lei permitir que o Banco Central escolhesse uma empresa e contratasse com ela essa obra de emergência, o Banco Central convidou seis empresas para apresentarem cotação, das quais três apresentaram cotação, e o Banco Central escolheu aquela que ofereceu o menor preço. Essa empresa foi contratada em caráter de emergência, por 180 dias, e ela fez o que tinha sido



contratado: terminar a estrutura do prédio e protegê-la, até que uma nova licitação nos permitisse contratar uma empresa que iria concluir definitivamente o prédio.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** - Deixa eu fazer uma pergunta pro senhor: o senhor conhece o coordenador Marcelo, conhecia o coordenador Marcelo de Mendonça?

**O SR. CARLOS EDUARDO TAVARES DE ANDRADE** – Não saberei responder. Evidentemente, eu diria a V.Exa. que deveria conhecer, sim, se ele estava trabalhando no Departamento de Material e Patrimônio, deveria conhecer, mas...

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Era coordenador da obra...

**O SR. CARLOS EDUARDO TAVARES DE ANDRADE** – Ele trabalhava... se ele trabalhava...

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – ... pelo Banco Central.

**O SR. CARLOS EDUARDO TAVARES DE ANDRADE** – Se ele trabalhava, se ele estava em Curitiba, eu devo ter conhecido ele muito rapidamente, quando ele foi encaminhado para Curitiba. Acho que era algum funcionário de Brasília, e que foi encaminhado pra Curitiba pra coordenar obras. Se foi isso, eu conheço levemente.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Porque, faltando documentação, e faltando fazer o segundo termo aditivo pra fazer o contrato com a construtora, a segunda etapa, esse mesmo coordenador Marcelo autorizou a empresa a executar serviços, sem poder faturar depois.

**O SR. CARLOS EDUARDO TAVARES DE ANDRADE** – Excelência, eu desconheço, eu não sei a que fato V.Exa. está se referindo. Ele teria autorizado alguma coisa que foi feita...



**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Porque é o seguinte...

**O SR. CARLOS EDUARDO TAVARES DE ANDRADE** – ...que não foi paga à empresa?

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** - ...não tinha feito o contrato da segunda etapa ainda, até que o senhor questionou que, por falta de documento, não pôde assinar o contrato da segunda etapa, né, do aditivo, tudo, dos 25%.

**O SR. CARLOS EDUARDO TAVARES DE ANDRADE** – Na verdade, Deputado, o que aconteceu é o seguinte, o que estava contratado com a empresa, com a Guimarães Castro, era tudo o que ela deveria fazer, ela não cumpriu essa parte. A segunda etapa foi uma coisa que aconteceu depois, quando a LDO passou a permitir a execução já da parte de escritórios, então, que se pensou numa segunda etapa. Mas o que foi contratado originalmente com a Guimarães Castro foi a construção do prédio do Meio Circulante, do prédio de segurança.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – O senhor não continua no Banco Central?

**O SR. CARLOS EDUARDO TAVARES DE ANDRADE** – Eu me afastei do Banco Central em março de 1999.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – E essa obra foi paralisada em 1996?

**O SR. CARLOS EDUARDO TAVARES DE ANDRADE** – Não, não. Essa obra foi paralisada em 1998, sob a minha administração. O que aconteceu foi que a licitação foi para a rua e foi marcado o prazo de novembro de 1999 para recebimento das propostas da licitação, para, então, se fazer a licitação. Evidentemente que a licitação seria assinada em 1999. O prazo para apresentação



das propostas era novembro de 1998. Em outubro de 1998, eu levei um voto à Diretoria do Banco Central falando sobre restrições orçamentárias para 1998. Uma seqüência de decretos do Poder Executivo contingenciava o Orçamento do Poder Executivo como um todo, do Banco Central em particular, e eu levei uma proposta no sentido de redução de diversas despesas para o exercício de 1998. Nessa mesma ocasião, nós tivemos notícias de que o Congresso Nacional estava examinando o Orçamento da União para 1999 e que sérios cortes também seriam feitos no Orçamento para 1999. Então, o Chefe do Departamento de Material e Patrimônio mandou um despacho para mim, consultando sobre a conveniência de realmente abrir as propostas em novembro de 1999. Eu entendi, então, decidi que, à vista do que não se sabia do Orçamento de 1999, eu despachei no sentido de determinar que se sustasse o recebimento das propostas até que fosse conhecido o Orçamento de 1999, para saber se tínhamos recursos. O que se queria evitar era exatamente fazer uma contratação e impor ônus, impor obrigações e, depois, não ter dinheiro para cumprir as obrigações. Então, eu determinei que se aguardasse a aprovação do Orçamento de 1999. Orçamento esse que veio a ser aprovado em abril de 1999, quando eu já não estava mais no Banco Central.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Deixa eu falar para V.Sa. Aí o V.Sa. chamou seis empresas: a CESBE S/A Engenharia e Empreendimentos; a Construtora Pessoa; a EMSA – Empresa Sul Americana de Montagens S/A; Irmãos Thá e João Fortes Engenharia. Chamou seis e escolheu uma empresa. Essa empresa assumiu a obra?

**O SR. CARLOS EDUARDO TAVARES DE ANDRADE** – Assumiu essa parte da obra que não era a obra, era apenas uma complementação, porque, veja, a obra



seria continuada mediante o processo de licitação que estava em curso. Então, essa empresa foi contratada para terminar a estrutura do prédio, porque estávamos com um enorme problema. Já tínhamos parte da estrutura feita pela Construtora Guimarães Castro; uma segunda empresa que estava chegando e que faria mais uma parte da estrutura; e, depois, quando da licitação, uma terceira empresa. No final das contas, não teríamos ninguém responsável pela estrutura do prédio. Então, entendemos o seguinte: tendo em vista, inclusive, que o prazo de 180 dias era insuficiente para terminar o prédio de Meio Circulante, contratamos essa empresa para concluir a estrutura básica do prédio todo e proteger essa estrutura, até que a licitação chegasse a termo e tivéssemos o reinício definitivo das obras. A preocupação era exatamente no sentido de não deixar o que já tinha sido feito, o dinheiro que já tinha sido colocado ali se deteriorar, porque uma obra exposta ao tempo, sem proteção, evidentemente iria se estragar. Então, a contratação dessa empresa, em caráter de emergência, foi nesse sentido. Termina a estrutura, protege a estrutura e vamos aguardar a licitação. Foi isso que aconteceu.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – E ela cumpriu?

**O SR. CARLOS EDUARDO TAVARES DE ANDRADE** – Cumpriu inteiramente.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Bom, aí, cumpriu, paralisou a obra, não retornou mais nenhuma construtora?

**O SR. CARLOS EDUARDO TAVARES DE ANDRADE** – Não. Aí, veja só o que aconteceu: ela cumpriu a parte dela, nós recebemos a obra dela em caráter definitivo em setembro de 1998. Em novembro, estava previsto o recebimento das propostas para a conclusão da obra, então, da nova licitação. Foi quando eu



determinei, então, à vista da informação de que o Orçamento estava sob exame e que haveria cortes orçamentários, determinei que não se recebessem as propostas em novembro, que as propostas fossem recebidas assim que conhecido o Orçamento de 1999, ou seja, assim que aprovado pelo Congresso Nacional o Orçamento Geral da União para 1999. Volto a repetir, isso aconteceu em abril, quando eu já não mais estava no Banco Central.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Deixa eu falar para V.Sa. Em junho a obra ficou pronta de concreto armado. Em setembro V.Sa. pediu nova licitação, novo processo. Aí, foi suspensa em setembro?

**O SR. CARLOS EDUARDO TAVARES DE ANDRADE** – Não. Em setembro, não. Em junho ela entregou, teve o recebimento provisório, então, nossos engenheiros vão examinar a obra, etc., fazer as medições, ver se a obra está de acordo com o que foi contratado. Em novembro de 1998, então, foi dado um termo de recebimento definitivo para a construtora. Então, acabou essa etapa da construtora CESBE. Terminou, ela entregou, está resolvido. Em novembro, estava previsto o recebimento das propostas para conclusão da obra, para a nova etapa da obra. Essa foi a licitação que foi adiada.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Bom, então, a partir daí não teve mais concorrência? Paralisaram as obras e está até hoje?

**O SR. CARLOS EDUARDO TAVARES DE ANDRADE** – Até hoje. Evidentemente sobre isso melhor dirá o meu sucessor, porque as obras estão sendo retomadas agora já na gestão dele. Durante a minha gestão foi isto que aconteceu: de novembro até março, quando eu sai, não havia Orçamento aprovado, não havia recurso, não havia como se assinar um contrato, vez, inclusive, que a lei é





muito clara quando determina que nenhum contrato pode ser assinado sem que exista o competente recurso orçamentário. E esse recurso orçamentário não existia ainda. Volto a dizer mais uma vez que o Orçamento foi aprovado em abril.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – V.Sa. conhece bem os proprietários dessa empresa?

**O SR. CARLOS EDUARDO TAVARES DE ANDRADE** – Não.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – V.Sa. ficou sabendo depois que essa empresa já pegou diversas obras federais e fez o mesmo processo no Banco Central?

**O SR. CARLOS EDUARDO TAVARES DE ANDRADE** – Não. Não conheço. A informação que eu tenho, de colegas meus do Banco, é de que os proprietários da empresa constituíram uma nova empresa, etc., e estão operando...

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – V.Sa. sabia que, no Banco Central, essa concorrência que foi feita como era no Banco Central já vinha de três empresas falidas? Eles falham e montam outra empresa? Que a Guimarães já é a terceira? Mesmos donos, mesma coisa, encerra e muda só o nome e pega? Atrás do Banco Central tinham mais duas obras paralisadas do Governo Federal, com essa mesma empresa se dando como falida e fazendo isso?

**O SR. CARLOS EDUARDO TAVARES DE ANDRADE** – Não conheço esse caso, mas acho bastante plausível, porque nem todo órgão faz como o Banco Central que, quando aplica uma penalidade dessas, inclusive publica a proibição de licitar com o serviço público. Quer dizer, se ela não tem essa restrição, se não conseguimos encontrar esse registro de restrição, o Banco Central não pode deixar de aceitar o licitante, inclusive porque ela foi a empresa que ofereceu menor preço.



É extremamente complicado se recusar a empresa que ofereceu o menor preço em prol de outra que ofereceu um preço maior. Então, como não havia nenhum registro no Banco Central nesse sentido, ela foi aceita e foi a vencedora da licitação.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – E essa mesma empresa, nessa época, estava construindo o Carrefour em Brasília e aqui ela cumpriu e o Banco Central ficou paralisado. Já é a quinta obra do Governo Federal que fica paralisada. Sr. Relator e Sr. Presidente, hoje eu não sei o nome dessa empresa. Está em nome de outra pessoa, mas fez sei os outros nomes anteriores e as diversas obras, já é a quinta obra do Banco Central que essa empresa pega, não do Banco Central, de outros órgãos. Ela pega, vai até metade, pega todos os aditivos. Quando chega o último aditivo, ela se dá como falida e abandona. Começa e muda o contrato. Então, gostaria, Sr. Presidente e Sr. Relator, de pedir que se pudesse analisar essa construtora. O Banco Central até que agiu – não quero aqui analisar o Banco Central – dentro da lei e correspondendo. O que faltou, infelizmente, a construtora – já é a quinta obra federal em que ela faz isso: ela muda. Agora, está com outro nome, que eu estou pesquisando para saber qual é o nome de hoje. Mas os mesmos proprietários fazem isso. Antes de pegar o Banco Central, tinham três obras federais paradas. Ela vai pegando até os aditivos. Quando chega no último aditivo, ela abandona a obra e assim tem feito. Então, V.Sa. não conhece o Dr. Marcelo?

**O SR. CARLOS EDUARDO TAVARES DE ANDRADE** – V.Exa. se refere ao funcionário do Banco Central?

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – É.

**O SR. CARLOS EDUARDO TAVARES DE ANDRADE** - Eu devo dizer a V.Exa. que provavelmente eu conheço, mas o Banco Central... quando eu entrei no



Banco Central tinha 8 mil funcionários, quando eu sai de lá 4 mil. Eu infelizmente não conheço todos eles, mas devo ter tido algum contato com ele, evidentemente, porque, se eles eram encarregados de cuidar da obra...

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Ele era engenheiro.

**O SR. CARLOS EDUARDO TAVARES DE ANDRADE** - ...com toda certeza falei com ele mais de uma vez.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – V.Sa. sabe que ele mudou alguns documentos de V.Sa. para poder beneficiar essa obra, essa construtora?

**O SR. CARLOS EDUARDO TAVARES DE ANDRADE** – Por favor, eu não entendi.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – V.Sa. sabe que ele mudou alguns documentos de ordem de V.Sa. para beneficiar essa construtora?

**O SR. CARLOS EDUARDO TAVARES DE ANDRADE** – Mudou?

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – É. Ordem que V.Sa. deu e foi mudada, e ele continuou. Por isso que veio aquele faturamento. V.Sa. determinou que essa obra fosse paralisada até fazer novo aditivo. Como não conseguiu os documentos, ele mandou autorizar, fazer algumas obras lá dentro ainda. É o que ela está questionando hoje na Justiça, o Banco Central.

**O SR. CARLOS EDUARDO TAVARES DE ANDRADE** – Eu desconheço isso e acho que...

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – E ele tentou inclusive colocar... que mudou o nome, Construtora Castro mudou o nome, ele tentou que ela continuasse na obra e não conseguiu. Não é V.Sa., está bem claro no documento.



**O SR. CARLOS EDUARDO TAVARES DE ANDRADE** – Eu agradeço a lembrança que não sou eu, então, eu não posso realmente responder pela pessoa que eu...

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Mas, Sr. Presidente, já é a quinta obra pública que essa empresa faz, hoje com outro nome. Eu não sei o nome que ela está hoje, mas é a quinta obra pública em que pega todos os aditivos, no que acabam os aditivos, ela abandona a obra, deixa a obra aí numa situação difícil igual a do Banco Central de Curitiba.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Alguém mais quer usar da palavra? (*Pausa.*) Com a palavra o Deputado Anivaldo Vale.

**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** – Quero agradecer ao Dr. Carlos pela sua presença e dizer que estamos satisfeitos com as informações trazidas para a Comissão. Muito obrigado.

**O SR. CARLOS EDUARDO TAVARES DE ANDRADE** – Muito obrigado a V.Exas. e mais uma vez registro que foi uma satisfação estar aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Muito obrigado. Vamos aguardar a chegada do Diretor Administrativo do Banco Central do Brasil, Edison Bernardes dos Santos. Enquanto isso, vamos suspender a sessão por cinco minutos.

*(A reunião é suspensa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) - Reabrindo os nossos trabalhos quero convidar o Dr. Edison Bernardes dos Santos, Diretor Administrativo do Banco Central do Brasil para fazer parte da Mesa.



**O SR. EDISON BERNARDES DOS SANTOS** – Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado. Meu nome é Edison Bernardes dos Santos, Diretor Administrativo do Banco Central, desde 4 de março de 1999.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Obrigado. Inicialmente vou passar a palavra ao Dr. Edison Bernardes dos Santos pelo prazo de dez minutos para a sua exposição inicial.

**O SR. EDISON BERNARDES DOS SANTOS** – S.Exa., Srs. Deputados, eu me coloco à disposição da Comissão para responder o que me for perguntado. A partir de março de 1999, estou exercendo a Diretoria de Administração do Banco Central. Estou à disposição. Não tenho palavras iniciais a dirigir aos Srs. Parlamentares. Agradeço pela oportunidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Com a palavra o Deputado João Coser.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Sr. Presidente, sobre a obra do Banco Central em Curitiba, estivemos lá, ouvimos a representação do Banco Central. Tínhamos aprovado, na Comissão de Orçamento, um crédito de, parece-me, 14 milhões para a conclusão e uma destinação àquela unidade. Gostaria apenas de fazer uma pergunta. Foi-nos explicado lá no corredor, chegamos a fazer uma visita, como é que foi o início daquela obra, projeto, custo, paralisação, por que da paralisação e a iniciativa do Banco de fazer a sua conclusão agora. E se teve nesse processo algum ônus para a União. Se nós tivemos algum prejuízo nessa paralisação para o reinício. O porquê da paralisação. Parece que houve um



problema com a empresa construtora e teve que fazer um reinício de obras. Quero um esclarecimento sobre a história daquele investimento.

**O SR. EDISON BERNARDES DOS SANTOS** – Sr. Deputado, eu entendo que o meu antecessor, Dr. Carlos Eduardo, que esteve aqui há pouco, tenha esboçado a parte de explicação a respeito do início da obra até a sua paralisação. O que eu gostaria de acrescentar a V.Exa. é que, a partir de 1999, quando nós assumimos, a obra tinha sido interrompida, e, dadas as restrições financeiras, naquele momento o País passava por um ajuste fiscal absolutamente necessário, e as restrições financeiras, com o limite financeiro que nos foi concedido naquele momento, nós não pudemos reiniciar a parte inicial da obra. Então, a partir de 1999, período pelo qual eu respondo, nós não tivemos oportunidade de iniciar ainda em 1999. Em 2000, a Lei Orçamentária não nos permitiu também. Com a primeira lei, que saiu em maio de 2000, também não tivemos orçamento para o reinício da obra. Pedimos um crédito especial, que só saiu no final do ano de 2000. Nesse exercício de 2001, há previsão orçamentária, e a Diretoria do Banco decidiu por continuar a obra. É isso que estamos fazendo neste momento. Nós estamos reiniciando o processo licitatório para darmos continuidade à obra.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Então, neste momento, está na fase de licitação para conclusão da obra? Ainda não tem empresas para a construção? Ainda é licitação da conclusão?

**O SR. EDISON BERNARDES DOS SANTOS** – Não temos empresas ainda. Estamos reiniciando o processo. Todo o edital está sendo revisado para que seja editado e, aí, sim, é uma concorrência, nós vamos esperar.



**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Obrigado, Sr. Presidente. Não tenho mais nenhuma pergunta.

**O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Deputado João Matos.

**O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS** - Sr. Presidente, gostaria de fazer uma pergunta ao Dr. Edison, Diretor Administrativo do Banco Central do Brasil, função que ele vem desempenhando ou pela qual vai respondendo desde 1999. Dr. Edison, o Banco Central – e eu não faço essa pergunta motivado pelas constatações, dentre as quais a de que é a quinta obra que essa empresa assume e, chega em determinado momento, deixa da maneira como deixou – adotou alguma providência? Tomou alguma medida? Está buscando cobrar da empresa, e de que forma, os eventuais prejuízos para o Erário público?

**O SR. EDISON BERNARDES DOS SANTOS** – Sr. Deputado, da mesma forma, eu entendo que o Dr. Carlos Eduardo tenha comentado isso. Eu não assisti às declarações dele. Mas o Banco Central aplicou à empresa, sim, a multa de rescisão contratual e está buscando esse ressarcimento dessa despesa, uma multa.

**O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS** – Está buscando? Quer dizer, a empresa não efetivou ainda o recolhimento da multa. O Banco Central continua buscando esse ressarcimento. É isso?

**O SR. EDISON BERNARDES DOS SANTOS** – O Banco Central continua buscando esse ressarcimento em relação à empresa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Deputado Anivaldo Vale.

**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** – Eu queria só agradecer a presença do Dr. Edison. Acho que o Dr. Carlos deixou muito claro aqui. Parece-me que são



dois fatos que dificultaram a execução da obra – espero que eu esteja fazendo a análise certa. O primeiro foi a dificuldade de relacionamento com a empresa, em que houve a rescisão do contrato; o segundo momento foi a dificuldade orçamentária.

**O SR. EDISON BERNARDES DOS SANTOS** – Exatamente, Sr. Deputado, no segundo momento nós tivemos a dificuldade orçamentária. Nesse período, o Banco Central, a Diretoria nos solicitou que fosse feito um estudo sobre toda a função Meio Circulante. O que quer dizer isso? Toda a logística de distribuição, de estoque e guarda dos recursos que o Banco Central tem responsabilidade de fazer a distribuição pelo País. E esse estudo veio mostrar agora em abril – parte do estudo foi concluído e mostrado em abril – a necessidade de conclusão da obra. Em função disso, a Diretoria tomou a decisão de reiniciar a obra.

**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** – Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Eu visitei a obra, Dr. Edison, lá em Curitiba. Fiquei avaliando, naturalmente, a questão do Erário público, principalmente de uma instituição como é o Banco Central do Brasil. A instituição que temos como modelo e, naturalmente, como aquele protótipo da execução, principalmente em relação à economia brasileira, aos recursos empregados. Qual a opinião pessoal e como Diretor do Banco que o senhor tem em relação àquela obra, uma obra inacabada que está lá, e que dá a administração do banco como exemplo para outras instituições?

**O SR. EDISON BERNARDES DOS SANTOS** – Sr. Deputado, uma obra paralisada é sempre ruim para quem quer que seja, seja empresa pública ou empresa privada. E houve a preocupação do Banco Central, há preocupação do Banco Central nesses casos, tanto que procurou proteger a obra. Foram feitas





incursões na obra de forma que fosse protegida contra as intempéries climáticas. Nós fizemos, inclusive, no ano passado uma cobertura provisória, até que se retomasse a obra, exatamente se aguardasse a oportunidade de retomada da obra. Então, a situação da obra hoje, acho que ela está em condições plenas de ser continuada. É esse o objetivo nosso nesse exercício, quer dizer, no futuro, continuarmos e concluirmos a obra. Ela é uma obra importante para o Banco Central, é uma obra importante para o País. O Banco Central tem a responsabilidade de distribuição do numerário pelo País afora. E, na falta de uma edificação adequada, como são essas que têm caixa forte e sistema de segurança muito forte, o Banco Central tem eventualmente alugado prédios de outras instituições. No caso de Curitiba, nós temos dois prédios alugados, cedidos, inclusive com ressarcimento de peso: um ao Banco do Brasil e outro ao SERPRO. São entidades também públicas, que nos cederam, de forma que nós pudéssemos dar continuidade ao nosso trabalho na região. E o objetivo de conclusão da obra é exatamente termos instalações adequadas ao Banco Central, em especial à parte do Meio Circulante, que nos exige os maiores cuidados e é, exatamente, o fator preponderante das obras da forma como ela está sendo edificada em Porto Alegre.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Uma das informações que nós recebemos lá é que o Banco Central tinha mudado a sua política em relação aos funcionários. Quer dizer, teria diminuído os quadros e daí resolveu diminuir ou alterar a construção daquele edifício, ou parar a construção do edifício. Em segundo plano, também nos informaram que a conclusão dessa obra, o Banco Central mesmo ia tomar todo o âmbito do prédio, para que pudesse tomar suas instalações. Foi uma informação que nos deram lá em Curitiba.



**O SR. EDISON BERNARDES DOS SANTOS** – Veja só, aquele prédio, ele já foi adequado a uma realidade da época, quando foi iniciada a obra, em 94. Hoje, nós temos uma outra realidade, inclusive a quantidade de servidores — especificamente de servidores — que é menor do que era à época. Isso é absolutamente verdade. Os escritórios que eventualmente forem disponibilizados e que o Banco Central não utilizará, com certeza, vamos oferecer a outros órgãos públicos federais ou mesmo outros órgãos que possam utilizar o que nós não utilizamos. Isso, hoje, nós oferecemos, inclusive em outras localidades, onde na nossa reorganização disponibilizamos parte dos nossos prédios a outros órgãos públicos. Então, em Curitiba, os escritórios, parte dos escritórios que não forem utilizados, com certeza, vamos oferecer a outros órgãos públicos também. Já temos até algumas demandas antecipadas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Aí, o senhor veja bem, o que nós constatamos lá? No planejamento, no projeto da obra, seria uma etapa iniciada para se construir quatro andares. O senhor tem conhecimento disso? A etapa inicial de construção do projeto seria de quatro andares. Na execução, no decurso da obra, resolveram aumentar a obra de quatro para nove andares.

**O SR. EDISON BERNARDES DOS SANTOS** – Não, Sr. Deputado, o que houve é que na parte, na fase inicial de contratação é que seria feita apenas a parte voltada para o Meio Circulante e as instalações de segurança do prédio. A parte de escritório, no primeiro momento, a LDO, à época, não permitia que fosse construída. Durante o início da execução da obra, a LDO permitiu que fosse construída a parte de escritório. Então, o projeto foi adequado para mais andares. Essa é a informação que eu tenho. Por isso, aí, sim, prevendo também a parte de escritórios.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Então, veja bem, só um questionamento. No projeto da obra, nós tínhamos quatro andares. No percurso da obra, aumentou para nove. Na conclusão da obra, o Banco Central também não vai ficar com tudo. V.Sa. acabou de falar que outras partes do imóvel seriam adequadas a outras repartições. Está havendo uma discrepância na condução administrativa em relação a essa construção?

**O SR. EDISON BERNARDES DOS SANTOS** – Não, Sr. Deputado. Eu entendo que não, porque, quando foi feito o projeto de situação da obra, nós tínhamos a realidade de uma quantidade — inclusive crescente — de servidores naquela região, o que não se verifica hoje. Então, quando se decidiu acrescentar à obra a parte de escritórios, além do que já estava previsto inicialmente, que era a parte de Meio Circulante e a parte de segurança, a realidade era uma. Então, essa decisão foi tomada à época. Foi aí que foi acrescentada essa quantidade de escritórios. Hoje, nós temos uma realidade diferente. Temos menos funcionários do que àquela época, isso é verdade. Então, poderá haver, sim, uma disponibilização de espaço de escritório, na parte de escritório.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – E, naturalmente, que a gente a sempre trabalha com planejamento, com projeto. O senhor já fez um projeto ou planejamento do que o Banco Central vai utilizar e do que disponibilizará para outras instituições?

**O SR. EDISON BERNARDES DOS SANTOS** – Eu não tenho esse projeto ainda feito, não. Confesso para V.Exa. que ainda não tenho esse projeto. Eu acredito, acredito, posso afirmar para V.Exa., acredito que em torno de 30% ou 40%, 30% talvez poderá ser disponibilizado da parte de escritório. Nós consideramos...



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Para outras instituições?

**O SR. EDISON BERNARDES DOS SANTOS** – Para outras instituições públicas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Só fazendo exatamente essa ressalva, a maneira, e eu como Parlamentar, projeto, principalmente do Banco Central, eu diria que está havendo uma discrepância administrativa no banco. Vemos que a colocação, a disponibilidade de escritório, mesmo a conclusão de uma edifício daquela natureza não está se coadunando com o projeto que vocês estão fazendo hoje. Quer dizer, a instituição do Banco Central, na imagem que leva, na imagem que cria, a colocação de um projeto em cima do Erário público, está abrindo a questão da administração entre o que se deve construir e, naturalmente, o que se deve disponibilizar. A nossa opinião é de que a discrepância administrativa não está sendo a realidade em relação à questão do Erário público. Estamos usufruindo os recursos — como dizem — minguados, curtos. E, naturalmente, esse projeto não está tendo a instituição que imaginamos — pelo menos, do lado de fora, é uma organização impecável —, principalmente, no que tange à questão administrativa. Deputado Anivaldo Vale.

**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** - Sr. Presidente, Dr. Edison, eu também visitei o prédio, lá em Curitiba. E eu tive uma leitura um pouco diferente. A leitura que eu fiz na época é que o banco tinha projetado uma construção onde ia funcionar uma delegacia do Banco Central, que ia, inclusive, abrigar também o Meio Circulante. E, num determinado momento da história do Banco Central, ele tomou uma decisão de criar os seus núcleos operacionais — não sei a forma que dá —, essas gerências técnicas, e outra parte desse trabalho que seria executado numa



delegacia foi agrupado para ser atendido em outras cidades. Por exemplo, no Estado do Pará, parece-me que grande parte do serviço está sendo executado em Recife, ou Fortaleza, não sei. Então, da conversa que eu tive com um preposto do Banco Central, lá em Curitiba, ele deixou isso muito claro para mim, certo? Então, ele disse realmente que a projeção seria feita naquilo... E houve esse momento em que ia haver certamente uma disponibilidade de dois ou três andares do prédio, que seriam cedidos. Eu achei plausível a colocação que me foi feita, mesmo porque acompanhei par e passo essa mudança que houve, que o Banco Central colocou com o objetivo de — vamos dizer — buscar melhores resultados na visão do Banco Central. Parte do serviço seria executada pela gerência e acabava com as delegacias, que é o que estava previsto lá para Curitiba. Era uma delegacia, eu acho que fica a gerência. E, conseqüentemente, diminui o número de funcionários. E, certamente, não vai precisar do espaço que estava lá. Esse foi o entendimento que eu tive. Aliás, visitei lá e vi a preocupação que teve em abrigar com segurança o Meio Circulante. E o que eu colhi desse processo — mesmo depois do depoimento do Dr. Carlos — foram esses dois pontos apenas: um, que a empresa, na ocasião, não correspondeu à expectativa do Banco Central através da execução de serviços; e o outro foi justamente a dificuldade orçamentária que atrapalhou um pouco e que agora o Banco Central retoma. O que a gente quer é que aquela obra seja concluída, porque lá em Curitiba já tem um esqueleto, uma obra feita pra chuchu.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) — Pois não.

**O SR. EDISON BERNARDES DOS SANTOS** — Excelência, com certeza, o nosso objetivo é concluir aquela obra lá, agora. Nós estamos convencidos de que as nossas gerências técnicas que temos em Curitiba, elas atendem à nossa demanda



lá naquela região e, em especial, a parte do Meio Circulante, que é a parte que mais nos aflige — vamos dizer — neste momento, dado o nível de segurança que é exigido para a distribuição de numerário. Então, o nosso objetivo, a nossa determinação agora é concluir aquilo lá e que possamos fazê-lo nos próximos exercícios, com certeza.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – É possível lhe fazer mais uma pergunta? Quando nós chegamos lá no Banco Central, em Curitiba, nós fomos visitar a obra. Um dos diretores encarregados de lá nos apresentou um documento, dizendo que havia já um sinal do Banco Central para recomeçar as obras. Ele mostrou um documento em que a proposta do Banco Central era para recomeçar as obras.

**O SR. EDISON BERNARDES DOS SANTOS** – Isso. Já foi tomada essa decisão pelo Banco Central.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – De lá para cá, o que de concreto já foi feito?

**O SR. EDISON BERNARDES DOS SANTOS** – Nós estamos... passamos a revisar todo o edital, inclusive encaminhei, naquela documentação, para cá todo esse material. Já formamos o Comitê de Licitação. Esse Comitê já está debruçado sobre o edital, que deverá sair oportunamente. Os passos agora são burocráticos, vamos ouvir o nosso departamento jurídico, para ver a conformidade jurídico-legal do documento, e expedirmos o edital imediatamente, tão logo esteja pronto. Eu acredito que, se possível, este mês ainda, para nós reiniciarmos a obra ainda neste exercício. Esta é a nossa convicção.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – O senhor acha que neste mês ainda recomeçam as obras?

**O SR. EDISON BERNARDES DOS SANTOS** – Não, Sr. Deputado. Nós vamos fazer um processo licitatório. O processo licitatório tem todo um trâmite legal, prazos que precisam ser cumpridos. Eu acredito, a nossa intenção é que nós comecemos a obra neste exercício. Eu não posso garantir, porque uma licitação depende do andamento dela mesma. Se há recurso, se não há recurso, quantas empresas correm, se as empresas vão satisfazer ou não o que está previsto no edital. Isso tem toda uma análise, e é uma análise feita com bastante cuidado. Isso, com certeza, não é um processo — vamos dizer — em que dentro um mês conclui-se toda a parte licitatória. Há, inclusive, prazos legais que precisam ser cumpridos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Algum colega mais gostaria de fazer pergunta? Com a palavra o Deputado Norberto Teixeira.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Sr. Diretor, V.Sa. assumiu quando a Diretoria Administrativa?

**O SR. EDISON BERNARDES DOS SANTOS** – Dia 4 de março. O dia de publicação no Diário Oficial, 4 de março de 1999.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Em 99. Bom, em 5/11/99, o Banco Central determinou a construção de uma cobertura provisória nessa obra. Foi apresentada proposta, projeto básico, abertura de urgência. Foi feito um laudo de vistoria nessa obra dia 27/6/00. A construtora que ganhou essa cobertura foi a empresa Monte Carlo Engenharia, que demorou também a executar. O Banco Central tem zelo com construtora. Foi conseguir acabar depois, só em 24/10, a cobertura. O Banco Central cobrou da construtora a execução de serviço pendente.



E com água, acumulando água, tudo foi cobrado. Mas o Banco Central fez um laudo desse prédio. Fez um laudo no dia 27/6/00, o Dr. Rubens e o Dr. Artur. Ele está questionando aqui, não sei se o senhor conhece esse laudo... O senhor conhece esse laudo? Devido a presença e vigilância 24 horas e devido ao mau estado de conservação dos tapumes, a baixa altura dos muros, o local se encontra fácil à invasão. Foram observados vários pontos de apresentação de infiltração em laje, possibilitando a corrosão de armaduras. Uma grande junta de dilatação, onde há o apoio de uma grande parte da estrutura sobre a outra, sendo que o projeto previa uma proteção conjunta, que não foi executada. Devido à junta de dilatação, se encontra exposta à penetração de águas pluviais, que estão infiltrando por toda a extensão da edificação, o que está deteriorando a estrutura pela corrosão das armaduras. A infiltração de água em elementos estruturais requer especial atenção, inclusive na estrutura dele. Pode ocasionar corrosão que, ao longo do tempo, compromete a estrutura, trazendo riscos aos usuários da edificação. Então, nós temos aqui diversos indícios de que esse prédio está com problemas de água infiltrando nas lajes, infiltrando na estrutura, na base, inclusive na base de sustentação do prédio. Qual a providência que o Banco Central está tomando agora, de imediato, para que esse prédio não tenha problema mais. Nós estamos no início das chuvas agora.

**O SR. EDISON BERNARDES DOS SANTOS** – Sr. Deputado Norberto, as providências para evitar, desse período para frente, foram adotadas nesse período, em 2000. Foi feita uma cobertura no teto do prédio e em toda lateral onde pudesse entrar chuva. Então, essa providência já foi adotada pelo Banco Central.





**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Não, depois. Essa vistoria foi feita pelo Dr. Rubens e pelo Dr. Artur depois do que a Monte Carlo fez.

**O SR. EDISON BERNARDES DOS SANTOS** – Eu acho que...

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Não. Sim, a Monte Carlo fez uma cobertura, um projeto básico que foi feito, mas ainda continua com infiltração em diversos pontos. O que a Monte Carlo fez foi uma parte só. A base de cima, estrutural, não foi feita. Os andares de cima não foram mexidos. As lajes em cima, não foi mexido em nenhuma delas.

**O SR. EDISON BERNARDES DOS SANTOS** – Não, a empresa que fez a cobertura foi acompanhada, inclusive, pelos nossos engenheiros. Foi feita uma cobertura na parte superior e em toda parte dos andares... Portanto, foi colocado...

**O SR. DEPUTADO LUCIANO PIZZATTO** – Permite-me um aparte, nobre Deputado, só para lhe fazer um esclarecimento, nobre Deputado? Excelência, o senhor me permite um aparte, Excelência? Só para esclarecimento. É que o laudo que V.Exa. está lendo é do dia 27/6/2000, e o BACEN contratou a Monte Carlo Engenharia a partir do dia 24/10, em consequência desse laudo. Não, não. Está no item 53.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – A Monte Carlo foi contratada em 5/11. O problema é que ela veio só depois que o Banco Central foi cobrar dela, em 24/10, que cobrou uma realização.

**O SR. DEPUTADO LUCIANO PIZZATTO** – Em consequência do item 52.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Tudo bem.

**O SR. DEPUTADO LUCIANO PIZZATTO** – Mas é o que V.Exa. está perguntando.



**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Mas, olhe aqui: “O Banco cobrou da Monte Carlo Engenharia execução do serviço pendente em 19/2/2000, devido, ainda, à persistência do acúmulo de água em áreas protegidas, principalmente sob o telhado executado por essa empresa...”

**O SR. DEPUTADO LUCIANO PIZZATTO** – Mas o senhor está falando 2001.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Foram dois contratos. Foi um contrato no valor de 51 e outro contrato no valor de 74.

**O SR. DEPUTADO LUCIANO PIZZATTO** – Excelência, o senhor está lendo o item 54, que é o ano de 2001. O laudo que V.Exa. leu foi do dia 27/6 do ano 2000. No dia 24/10/2000, foi contratada a Monte Carlo e, depois, no ano 2001, no dia 19/2, pela persistência de acúmulo de água, o Banco Central cobrou a conclusão dos trabalhos que foram só recebidos em 15 de março de 2001. Então, V.Exa. está correto, só que o laudo que V.Exa. está lendo é do dia 27/6/2000. A contratação em 24/10/2000; as pendências, no ano de 2001, fevereiro, e que só foram concluídas em março de 2000. É o relatório, nos itens 52, 53 e 54.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Nobre Deputado, em 5/11 cobrou o telhado. A Monte Carlo fez um processo do telhado.

**O SR. DEPUTADO LUCIANO PIZZATTO** – Em que página o senhor está lendo, Excelência?

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Cobrando parte da execução daquela cobertura orçada em 51 mil apenas.

**O SR. DEPUTADO LUCIANO PIZZATTO** – Em 99.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Isso, em 99. Em 27/6/2000 foi feito o laudo, depois que foi feita a cobertura.



**O SR. DEPUTADO LUCIANO PIZZATTO** – Não, não, desculpe. A cobertura só foi feita, quando o BACEN então firmou o contrato em função do laudo. Ela fez a consulta, mas está aqui: “Após realizar o convite, o BACEN firmou o contrato com a empresa Monte Carlo Engenharia Ltda., apenas em 24/10/...” Esse relatório que o senhor leu é de 27/6. E após concluir... Eu não estou defendendo o BACEN. É só porque V.Exa. está colocando a ordem incerta.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Então, está. Mas vamos aqui. Dia 24/10, então, fez. O Banco Central cobrou da Monte Carlo execução do serviço pendente. Assim está o relatório, pendente. Dia 19/2/2001, que foi o realizado, pago, e recebido pelo Banco Central em 15/3/2001. Continua com o vazamento. É isso o que estou falando.

**O SR. DEPUTADO LUCIANO PIZZATTO** – E onde é que está escrito “com vazamento”, Excelência?

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – O Banco cobrou a execução de serviços pendentes 19/2/2000: “devido, ainda, à persistência de acúmulo de água em áreas protegidas, principalmente sob o telhado executado por essa empresa...”

**O SR. DEPUTADO LUCIANO PIZZATTO** – Que corrigido no dia 15 de março, deu O.k.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Espere aí. O quadro atual da obra... Após as obras executadas pela Monte Carlo, edifício sede, permanece paralisado. Há um zelador... Vamos ler para você ver.

**O SR. DEPUTADO LUCIANO PIZZATTO** – Eu já li.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Todo?

**O SR. DEPUTADO LUCIANO PIZZATTO** – Todo.



**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Você conhece a obra?

**O SR. DEPUTADO LUCIANO PIZZATTO** – Sim, senhor, é a minha cidade, eu moro lá.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Você foi na obra visitar?

**O SR. DEPUTADO LUCIANO PIZZATTO** – Sim, Excelência. Eu só não estou encontrando no relatório que V.Exa. está lendo um fato grave, porque eu queria ser solidário a V.Exa.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Espere aí, você vai ver. Eu vou chegar lá. Eu estive visitando a obra, inclusive conversei com o engenheiro. O que a Monte Carlo fez... É que eu estou fazendo a pergunta para ele sobre isso. O que ela fez foi a parte do **hall** de entrada da obra, fez toda a impermeabilização, arrumou tudo, o telhado e a cobertura, provisório, e as partes laterais. A partir daí, a partir de cima, dos andares acima dessa obra, é que não foi realizada impermeabilização. O próprio engenheiro informou para nós, e prova V.Exa. vai ver mais na frente.

**O SR. DEPUTADO LUCIANO PIZZATTO** – Mas aqui não está, Excelência.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Foi feita? Gostaria que o senhor respondesse para mim.

**O SR. EDISON BERNARDES DOS SANTOS** – Sr. Deputado, foi feita essa obra de proteção que nossa engenharia entendeu que era suficiente.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Da parte de baixo?

**O SR. EDISON BERNARDES DOS SANTOS** – Da parte de cima e as partes laterais.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** - Não, a parte do **hall** de entrada, dos 4 andares.



**O SR. EDISON BERNARDES DOS SANTOS** – Não tenho essa informação detalhada.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Nos 4 andares. Eu estive, está bem impermeabilizado, bem zelada essa parte. Acima desses 4 andares é o problema de que estamos falando, da junta de dilatação e também da impermeabilização.

**O SR. EDISON BERNARDES DOS SANTOS** – Bom, nós entendemos, pelo trabalho que foi feito, o trabalho atendeu a expectativa do Banco. Agora, se tiver alguma parte ainda entrando água, vamos tomar providências até o início da obra, com absoluta certeza. Disso aí não resta dúvida.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Eu gostaria que o senhor chamasse inclusive o engenheiro que está lá. Eu não vou pedir para convocá-lo aqui, não vou fazer, mas ele mesmo informou para nós, conversando com ele, ele mesmo informou à minha pessoa — certo? — que precisaria de fazer a continuação do quarto andar para cima. O que foi feito, a Monte Carlo fez, foi do quarto andar para baixo bem feito. Foi bem feito. Acima é que não foi feito. Porque existem dois andares, quatro andares. Um fator diferente e, acima, não tem um fator para isso. Certo? O prédio sobe os andares acima. Essa parte não foi conservada. Foram conservados só esses 4 andares.

**O SR. EDISON BERNARDES DOS SANTOS** – Pela ordem, Sr. Deputado. Fica o registro, e acho que é um ponto que vai merecer nossa atenção imediata. Nós entendemos que o que foi feito lá, para o que foi requisitado, foi o suficiente. E, se verificarmos agora que não foi suficiente, adotaremos providências imediatas, não tenha a menor dúvida.



**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – O que vai ser feito com aquele prédio agora? Vai continuar as obras?

**O SR. EDISON BERNARDES DOS SANTOS** – Vamos continuar as obras, vamos retomar as obras.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Já foi feita licitação para nova obra?

**O SR. EDISON BERNARDES DOS SANTOS** – O edital está para ser divulgado em breve. O edital de licitação.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Obrigado.

**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** – Eu queria, por último, só para encerrar a minha fala, dizer que não é comum na coisa pública ver esse cuidado que o Banco Central teve de fazer uma cobertura para conservar a obra. Tenho visto obras aí, e a minha preocupação é muito forte em relação a obras que foram abandonadas realmente. Eu vi os três cenários que estavam ali, que é aquela questão anterior, faço questão de registrar, que é essa situação da dificuldade da empreiteira, da mudança da estrutura do Banco Central, e vejo com agrado a notícia de retomada da obra. Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) - Eu vou agradecer ao Dr. Edison pela presença e também pedir que ele cuide do real com o mesmo carinho que ele cuidou da cobertura dessa obra. De fato, é um algo inédito, é uma coisa inédita. No Brasil, lamentavelmente, as obras são abandonadas, literalmente, e o Banco Central teve um cuidado que eu considero importante. Independente das várias tentativas de concluir a obra ou do azar de contratar uma empresa que teve dificuldade em dar continuidade, eu, com certeza, acho que não é a obra que tem



mais problemas. De qualquer forma, obrigado pela visita e pelos esclarecimentos.

Está encerrada a sessão. Agradecemos a presença a todos.